

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

ATA Nº 036

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Bom dia a todos!

Agradecemos o prestígio da Audiência Pública.

Invocando a presença de Deus e em nome do povo mato-grossense, abrimos esta Audiência Pública, que tem a finalidade de que a Secretaria de Estado de Fazenda, o Governo do Estado, apresente à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o balanço de todas as metas fiscais deste 1º Quadrimestre.

Para isso, temos a presença do Secretário de Estado, Dr. Seneri Paludo, e de toda a sua equipe.

Estamos cumprindo a Lei Complementar Federal nº 101, que determina que a cada quatro meses o Estado compareça ao Parlamento para, perante a sociedade, abrir o debate com a sociedade, prestar contas de tudo aquilo que entrou, tudo aquilo que saiu, como entrou e como saiu, o dinheiro público dos negócios públicos.

Estamos com a mesa devidamente composta.

Registramos também a presença do Sr. Carlos Antônio da Rocha, Secretário Adjunto do Tesouro, o homem responsável pelo Tesouro Estadual; o Sr. Naime Márcio Martins Moraes, Secretário Adjunto de Administração Fazendária-SEFAZ; Adilson Garcia, Secretário Adjunto da Receita Pública do Estado; e também o nosso amigo e servidor efetivo, Último Almeida de Oliveira.

Queremos agradecer a presença de todos.

Vamos abrir um espaço aqui para que a SEFAZ faça sua apresentação e, em seguida, abrimos para o debate.

Então, todos os que estão presentes estão convidados a participar do debate.

Vamos receber perguntas por escrito e também vamos conceder um espaço no púlpito, aqui na tribuna, para que qualquer cidadão possa questionar os números do Governo estadual.

Composta a mesa de honra, convido o Secretário de Estado, Seneri Paludo, para que ele possa fazer as suas considerações iniciais.

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Primeiramente, bom dia a todos!

Boa dia, Deputado.

É um prazer estar mais uma vez nesta Casa para discutirmos um pouquinho sobre os números e sobre as finanças do Estado de Mato Grosso, do ponto de vista orçamentário e também do ponto de vista financeiro.

Vocês terão oportunidade, na próxima meia hora, uma hora, quanto tempo for

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

necessário para abriremos um pouquinho os números, apresentar esses números a todos vocês, e podermos, no segundo momento, fazer a discussão sobre esses números e eventualmente elucidar qualquer dúvida que tenha com relação à questão orçamentária financeira nesse primeiro quadrimestre deste ano.

Por uma questão de praxe, uma questão de conceito e até de informação, para ser muito mais célere, e também para a informação a ser passada ser uma informação até de melhor qualidade, eu queria já, de imediato, Deputado, se Vossa Excelência me permitir, passar para o Secretário Adjunto do Tesouro, para o Carlos Rocha, para ele fazer uma apresentação, uma explanação e discorrer sobre todos os números do Estado para depois, no segundo momento, entrarmos no debate em si.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A Mesa acata a sugestão do Secretário Seneri.

Tem sido esta a praxe nas prestações de conta feita ao longo de 2015.

Passamos já a palavra ao Dr. Carlos Rocha, Secretário Adjunto, responsável pelo Tesouro Estadual, que já conhece por demais esta Casa, já tem experiência nesse tipo de apresentação. Então, com a palavra, o Dr. Carlos Rocha.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Bom dia a todos!

Estamos com um pequeno problema técnico. O equipamento não abriu o arquivo da apresentação, mas vou aproveitar e trazer uma contextualização das finanças públicas, alguns informativos que servirão como orientação para apreciarmos os números quando eles tiverem disponíveis para fim de apreciação.

A execução orçamentária e financeira tem por elemento base a contabilidade pública. A contabilidade pública se baseia na Lei nº 4.320, que estipula o que estabelece os critérios para lançamentos de atos e fatos contábeis da administração pública.

Essa lei é datada de meado do século anterior, sofreu algumas modificações, uma delas no final da década de 90, e ajustou os procedimentos contábeis a alguns quesitos mais atuais de contabilidade pública.

Ainda hoje ainda sofre modificações e está sendo alinhada e convergida para um processo de codificação que favoreça a comparação entre países, que se chama convergência contábil.

Junto com a Lei nº 4.320 temos outros institutos que também auxiliam na compreensão e entendimento de como se deve fazer a leitura da execução orçamentária e financeira dos entes públicos.

A Lei Complementar nº 101, ou Lei de Responsabilidade Fiscal, traz um conjunto de indicadores que sinalizam a situação, ou a saúde, ou os bons critérios de execução de políticas públicas.

A Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, subsidiariamente, recebe reforço de indicadores de um Programa de Ajuste Fiscal-PAF.

Esse programa também orienta a gestão da finança pública para que ao longo do tempo tenha uma gestão menos temerosa, de um modo mais objetivo, e tem uma gestão que favoreça a execução de políticas públicas de um modo geral.

Ao analisarmos a distribuição da execução da política pública, temos que ter olhos para três elementos: a origem dos recursos, a destinação dos recursos e uma análise de como foi executada e como se encontra a situação financeira da política pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Vamos centrar esforços nas receitas públicas.

As receitas públicas têm origem própria, a receita própria do próprio Governo, e tem também origem de outros entes, a exemplo, a União, ou mesmo a entrada de recursos por via de financiamento.

Olhando a receita, olhando o orçamento bruto, a Lei Orçamentária bruta, dentro da Lei Orçamentária bruta, além dos valores que compreendem a execução do próprio Estado, temos também alguns valores que são somente valores em que o Poder Executivo tem a mera caução ou custódia. São valores que temos que repassar para outros entes, por exemplo, o Município.

Nós temos aqui uma realização de 5 milhões, 844 mil. Nessa coluna nós temos a execução de 2016, vamos comparar com a execução de 2015, o primeiro quadrimestre de 2015, e nós temos o que foi previsto para o primeiro quadrimestre. De um total de 5 milhões, 844 mil, tivemos um repasse para os Municípios, vamos ver aqui, de 11% e um repasse para o FUNDEB de 8%.

A variação da receita do orçamento bruto de 2015 para 2016 foi 14%, se comparado o valor realizado de 2016 e o valor realizado de 2015.

Se olharmos a realização de 2016 comparada ao que foi projetado, ficou negativa em -3,9%.

Quero só chamar a atenção: para os Municípios estamos vendo um valor mais expressivo, 11%. Uma das razões é que o FETHAB deste ano teve um acréscimo em sua receita, então variou um pouco mais.

Vamos abrir aqui o orçamento bruto. No orçamento bruto, olhos para a origem e para a execução de serviços públicos. Na origem de recurso público, assim como em nossa economia pessoal, o recurso tem duas destinações: bancar as nossas despesas ordinárias; e uma razão daquilo que não gastamos nós poupamos. Para uma Administração Pública há duas destinações: as despesas ordinárias, que compreendem em especial a execução de serviço público, que são as receitas correntes, o orçamento corrente; e temos uma razão que é destinada ao investimento, que é o orçamento de capital.

Vamos fazer uma leitura de como está o Orçamento Corrente: 5 milhões, 817 mil em 2016; 5 milhões, 136 mil; uma razão de 13,3%. Se nós observarmos o Orçamento de 2015 e 2016, vamos ver que ele teve um crescimento nominal superior à inflação. E se compararmos o projetado e o realizado, fomos também superiores em 3%, no âmbito do Orçamento Corrente.

Vamos agora dar um salto aqui para aquela razão que é o investimento.

Orçamento de capital: tínhamos previstos 431 e realizamos 26 contra 8,8 no ao passado.

Detalhando isso aqui, nós tínhamos previsto 272 milhões de entrada de crédito, que são os empréstimos, o Estado de Mato Grosso não conseguiu o aval da União, o que podemos ver zero de recurso no 1º Quadrimestre. Investimentos que ocorreram na ordem de 5,4 milhões de reais foram investimentos executados pelo próprio poder Executivo ou mesmo outros Poderes, recurso próprio.

No âmbito das transferências de capital, que são os convênios também para investimento, nós tínhamos uma previsão de 61 milhões. Isso aqui veio da União para cá. E olha o que chegou de fato: 20 milhões, e nós executamos, no ano passado, 5 milhões. Estamos aqui recebendo menos recursos da União.

Outras receitas de capital: 98 milhões previstos, executamos 900 mil e, na verdade,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

no ano passado tínhamos executado 3,8.

Esses dois itens aqui estão diretamente relacionados à atuação do Estado junto à União. Aqui precisamos do aval do Tesouro para termos créditos orientados para investimento. E aqui são as transferências via convênio. O que nós podemos perceber é que em ambos os casos estão aqui demonstrados os problemas financeiros que a União nos impõe no âmbito do convênio e as fortes restrições que está sofrendo o Estado hoje, em especial o Poder Executivo, porque a União não tem dado aval. Todos os Estados estão vivendo uma crise que se chama crise da dívida, e a União tem sido cautelosa no repasse, no aval de valores que tem por objetivo investimento.

Nós temos aqui uma previsão de 272 e não recebemos nenhum valor. o Poder Executivo, desde o ano passado, não conseguiu o aval para obter nenhum centavo de recurso extra para investimento da União. E os investimentos também são forte frustração em relação ao previsto, que foi 61 milhões, mas só nos chegou 20 milhões, uma frustração 66%. No âmbito das operações de crédito, vamos ver aqui, tivemos uma frustração de 98%.

Na obtenção de recurso, na entrada de recurso com vias ou com destinação à formação de Capital, grave prejuízo teve o Poder Executivo, 93%.

Vamos detalhar aqui a receita tributária. Aqui a receita tributária são receitas próprias nossas e nós temos aqui também as transferências que compreendem os repasses feitos pela União para o Estado.

Vamos abrir aqui a receita tributária para ver a performance da receita tributária do Estado de Mato Grosso.

Se olharmos aqui, o ICMS teve um crescimento nominal de 12,9% e, por sua vez, tivemos uma variação positiva, tivemos acima do que foi programado na LOA; 2.635 de receitas realizadas no primeiro quadrimestre de 2016 contra 2.335 no de 2015. Nós prevíamos 2.565 e fomos superiores.

Vamos agora dar um salto e ver o IPVA. O IPVA reflete muito bem à crise que está ocorrendo no setor automobilístico. Se tivemos uma inflação na ordem de 10%, estamos aqui observando que o crescimento nominal do IPVA foi 6,4, de 281 em 2016 e 264 em 2015. O que significa isso? O momento é crítico para as montadoras e nós estamos tendo um faturamento menor na venda de veículos, o que, por sua vez, interfere na obtenção de IPVA-Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. São reflexos da crise.

ITCD. Apesar de o valor ser pouco expressivo, tivemos um crescimento também representativo, 29,4.

Eu queria chamar a atenção dos senhores para isto daqui: o imposto de renda. O que é o imposto de renda? O imposto de renda é uma razão. O ano de 2015 versus o ano de 2016, 49,3%. A maioria dele é uma razão do imposto que se encontra retido na folha do servidor e esse valor é meramente contabilizado. Isso aqui não é receita de fato que entra para o Poder Executivo ou para os demais Poderes. Trezentos e dez milhões contra duzentos e sete. O que significa isso? Forte crescimento da receita de imposto de renda é sinal de forte crescimento das despesas do Governo com servidores. O grande crescimento que estamos tendo ao longo do tempo nas despesas com servidores reflete no forte crescimento do imposto de renda.

Taxa: recolhemos, se comparado a 2015, 23% a mais, mas estamos com uma frustração de 8,5%.

No âmbito da receita do Estado, boa performance do ICMS e também uma boa performance do imposto de renda. Na prática, esse valor é meramente contábil. Ele não entra no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

fluxo financeiro do tesouro do Estado. É sinônimo, reflexo do forte crescimento das despesas com pessoal.

Vamos fazer, agora, uma leitura sobre as informações referentes às transferências correntes.

As transferências correntes - 1.413, em 2016, contra 1.255, uma variação de 12,6%. Se comparado ao projetado, foi negativo.

FPE: o repasse do Fundo de Participação dos Estados no primeiro quadrimestre foi de 612 milhões. Se observarmos o primeiro quadrimestre de 2015, 639. Isso reflete a forte crise que a União está vivendo no recolhimento de tributos da União, - 4,2%. Eles estão tendo um decréscimo nominal de receita.

Também reflete a crise da União quando olhamos o IPI comparado a 2015, -19%, forte decréscimo nominal da receita do IPI, 21 contra 26; SUS, outro fator, também. A crise alcança os repasses que a União faz do SUS para atender as necessidades de saúde nos estados, -7,1%.

É importante trazer uma informação à sociedade de que esse recurso, que em termos nominais caiu 7,1%, se não chega aos Estados tem que ser bancado com o financeiro do Estado. Isso impacta a execução financeira do Estado.

No âmbito de convênios estivemos aqui com 20,9 milhões contra 16,60 milhões em 2015. Se observarmos, até cresceu, mas em relação ao previsto estamos com um decréscimo de 57%. A União tem nos repassado menos convênio do que é previsto em orçamento. Isso importa em, muitas vezes, o próprio Poder Executivo arcar com obrigações na execução da despesa onde efetivamente deveria estar acontecendo repasse da União para fazermos enfrentamento a essas obrigações, mas nós vemos aqui -19%.

Em síntese, o que podemos abstrair desse conjunto de informações das transferências correntes que originam recursos da União: União em crise - FPE, IPI e SUS também.

FUNDEB: no FUNDEB tivemos um crescimento de 487 para 413. O FUNDEB, também... Isso é decorrente de uma mudança de critério do repasse dos recursos da Educação. Nós ficamos favorecidos um pouco com o repasse dos valores do FUNDEB.

Nas Receitas com Contribuições há outro número que deixa muito evidente... Vamos trabalhar com três aspectos: Contribuições Sociais, Contribuições Econômicas e o FETHAB.

No âmbito das Contribuições Sociais temos esse valor de 208 milhões contra 164 milhões. Isso é reflexo do forte crescimento das Despesas de Pessoal e, por sua vez, do aumento das obrigações do Estado com contribuições sociais, um crescimento de 27%. É sinônimo de que houve um crescimento expressivo nas despesas com o pessoal e nós estamos tendo um acréscimo de 27% nas Contribuições Sociais.

Contribuições Econômicas: uma variação positiva de 9,5% contra o projetado de -1,8%.

Temos o FUNDEIC que foram previstos 10,5 milhões e tivemos 2,1 milhões, o FUNDEIC e o FUPIS. O FUPIS é um modelo de origem de recurso já muito prejudicado. Por que muito prejudicado? Porque é uma modalidade de tributação que já está sendo exaurida, que está sendo reduzida ao longo do tempo. É uma razão do diferencial da alíquota que vinha das construtoras. Ela foi muito significativa no ano de 2014 por causa da execução das obras da Copa. Com a diminuição da execução dessas obras estamos tendo frustrações, mas o valor é pouco expressivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

No âmbito do FETHAB tivemos um crescimento de 14,2%. Saímos de 300 milhões, em 2015, para 343 milhões, em 2016, um crescimento de 14,2%.

O que podemos tirar de conclusão? Tivemos forte crescimento das Receitas com Contribuições Sociais que compreendem, ao grosso modo, uma grande projeção na realização das Despesas com Pessoal.

Essas são as contribuições que incidem sobre as folhas de Pessoal. A maioria representa isso. Se observarmos o projetado dentro do orçamento, uma diferença de 70%, 122 milhões para 208 milhões. Tivemos um prejuízo até na projeção orçamentária, se comparado de 2016 para 2015, de 27%.

Só para entender bem como funciona, entra como receita, porque ao longo da execução do orçamento esse valor passa a ser uma receita intraorçamentária. Ele sai das unidades orçamentárias e aporta no MT PREV como contribuições patronais, como contribuições de servidores e como rateio daquela razão que para preencher as necessidades de enfrentamento das obrigações com os salários dos servidores.

Sobre Orçamento de Capital nós já falamos. Tivemos um grave prejuízo e no orçamento corrente tivemos uma *performance* relativamente boa no âmbito do Estado, mas com gravíssimos prejuízos nas transferências correntes. Uma forte crise acomete as finanças da União.

Vamos avançar, agora, para as despesas.

Se na origem do recurso, uma razão desse recurso é para lidar com as obrigações ordinárias, outra razão é para investir. É como funciona na nossa economia pessoal. Em uma razão nós gastamos com o nosso consumo e em outra razão nós poupamos. Para o Estado, também, na execução da despesa pública uma razão vai para as despesas ordinárias, as despesas correntes, e uma razão para as despesas de capital. Se nós olharmos aqui a execução de 2016, 3.591, comprado a 2015, foi 20% superior, ou seja, a despesa corrente subiu mais em termos relativos do que a inflação e subiu mais em termos relativos do que as receitas do Estado.

Eu quero chamar atenção que essa é uma prestação de conta contábil do Estado, compreendendo a consolidação da contabilidade pública de todos os entes que compõem o Estado de Mato Grosso, um crescimento nominal de 20,5. Se comparado ao que foi projetado no orçamento, nós executamos... A previsão era a execução de 4 bilhões e 4 milhões e executamos -10%.

Vamos ver por que houve esse -10%.

Do que foi previsto, 2.720, nós executamos 2.796 e ano passado 2.281, 22,6% de execução a mais em 2016, primeiro quadrimestre de 2016, se comparado a 2015. No orçamento prevíamos 2.720 e executamos 2.796.

Juros e Amortização de Dívida.

Quero chamar a atenção dos senhores que no âmbito de juros nós pagamos menos que no ano passado, 3,1%. Isso aí já é resultado das negociações que vão sendo feitas com a União no que compreende a revisão do desembolso que temos que ter com dívida. Executamos 175 milhões contra 181 milhões.

Se olharmos aqui, a amortização foi 21% superior. Boa parte deste grande crescimento da amortização é da dívida dolarizada e das correções da atualização de valores do próprio endividamento, crescimento de 21%.

Aportamos em recursos para amortizar 249 milhões contra 205 milhões. Prevíamos 327 milhões, ou seja, em relação ao previsto foi até menor. Mas o que nós podemos observar aqui, no âmbito da despesa de capital, que o mais grave é que prevíamos investir 589

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

milhões. E como vimos na apresentação anterior, tivemos uma previsão de 272 milhões em créditos. Não houve nenhuma realização e entrada de recursos.

Além dos 272 milhões, prevíamos também investir um pouco mais, mas o Estado, o Poder Executivo, em especial, tem tido pouco recurso para investimento.

Se recordarmos o *slide* anterior, somente investimos 5,04 milhões. O que significa isso? Nós estamos com grande déficit de investimento, estamos investindo menos 92% do que prevíamos, apesar de ter investido mais este ano do que o ano interior, 11,8% contra 44%.

Nós vamos ver aqui que na realização dos investimentos, se comparado com o ano anterior, fomos até um pouco mais felizes, 294 contra 217. Mas entre o que se pretendia fazer, que seria 917 milhões, um decréscimo de 67,09%. Boa parte desse decréscimo é a não obtenção de aval do Tesouro em recursos destinados a investimentos e, por sua vez, estamos tendo pouco recurso próprio para investir.

Vamos abrir aqui para compreender melhor a execução das despesas e encargos sociais.

Aqui estão os gráficos de 2013 para cá. Nós temos, em termos percentuais, as despesas com pessoal: 19,18%. Foi o aumento do crescimento da despesa com pessoal. E se observarmos, a Receita Tributária cresceu somente 18,45% em 2013.

Em 2014 as despesas com pessoal cresceu 11,36% contra 10,50% da receita. Tivemos um salto significativo, em 2015, em que a despesa de pessoal subiu 17,47% e a receita 8,96%.

No primeiro quadrimestre deste ano o crescimento da despesa de pessoal é de 22,61% contra 11,24% de crescimento das receitas. E isso vem ocorrendo ao longo de vários anos.

No âmbito da execução da dívida pública pagamos ou executamos, em 2015, 387 milhões com amortização e juros e, em 2016, 424 milhões, 9,8%.

O que eu quero chamar a atenção é que boa parte desses valores é decorrente do forte crescimento que tivemos com amortização. E o forte crescimento que tivemos com amortização boa parte dele também é sinônimo de comprometimento que tivemos na execução da despesa em decorrência da dívida dolorizada do *Bank of America* e outras dívidas dolorizadas que temos. Essas dívidas dolorizadas que impactaram esse forte crescimento no primeiro quadrimestre nas execuções de obrigações com dívidas.

Quero chamar a atenção, isso aqui é um consolidado das despesas públicas do Estado: 72% das despesas públicas executadas são com pessoal e encargos.

Temos outras despesas correntes de 16%, isso tudo no primeiro quadrimestre, e serviços da dívida de 11%.

Nós tivemos um investimento pequeno, como já foi dito, de 1%.

Só para fazer um paralelo, a cada 100 reais que aporta no Estado, na contabilidade do Estado e nos recursos do Estado, 72 reais são destinados a cumprir obrigações de pessoal e encargos sociais. Temos 1% para a dívida; 11% para serviço da dívida e 16% para outras despesas correntes.

É importante compreender que esses são os três grandes agregados econômicos da Despesa Pública.

Como nós temos um recurso que é a Receita Pública, a cada instante que um desses indicadores aumenta representa a redução no outro indicador. Se eu aumentar muito investimento com dívida e serviço da dívida, eu posso tirar de outras despesas correntes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Outras Despesas Correntes são valores destinados à execução de políticas públicas, de saúde, segurança, educação e outras políticas públicas que são executadas pelo Estado.

Também, por sua vez, se há um forte crescimento nessa obrigação, que já é representativa, vai significar uma redução de aporte de recurso para investimentos, serviços da dívida e outras despesas correntes.

Então, hoje nós temos um conjunto de indicadores que sinaliza a saúde financeira do Estado, e a partir desses indicadores nós tomamos como parâmetro para que ao longo do tempo a execução orçamentária e financeira de um Poder, seja ele Município, Estado ou Federação, demonstre à sociedade, em Audiência Pública, como se encontra a saúde financeira do Estado.

Vamos agora aos indicadores de avaliação fiscal. Esses indicadores... Eu quero somente repetir aqui: a Lei nº 4.320 norteia a execução de atos e fatos contábeis da Administração Pública e nós tivemos um grande instituto que é a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros institutos decorrentes de Programas de Ajuste Fiscal, os PAFs, que também trazem indicadores de como se encontram a execução orçamentária e financeira dos entes públicos. Esses indicadores são parâmetros de execução.

Na Execução Orçamentária nós tínhamos uma previsão para o Estado de 5.004 milhões, executamos 4.512 e tivemos um superávit de 492 de orçamento.

No resultado primário, nós tivemos uma Receita de 4.921, uma despesa de 4.087 e um resultado primário de 833 milhões.

Eu estou fazendo uma leitura de todos esses agregados, depois explicarei um por um.

Dívida Consolidada. O Estado tinha uma Dívida Consolidada de 6.703, 39% da Receita Corrente Líquida, e nós chegamos a uma Receita Corrente Líquida de 12.209. Quer dizer, essa dívida representa 39% da Receita Corrente e estamos aqui em aplicações na educação e na saúde.

Vamos entrar aqui em uma explicação.

O que é o resultado orçamentário? Basicamente a economia orçamentária tem vários objetivos, um deles...

Um dos fortes indicadores de *superávit* orçamentário foram os recursos previstos em aporte financeiro e de recursos de empréstimos e não obtivemos aval da União - 272 milhões desses 492 milhões aqui estão.

A economia orçamentária também ocorre no 1º Quadrimestre, em especial, porque boa parte da execução orçamentária não acontece no 1º Quadrimestre, vai ocorrer efetivamente nos 2º e 3º quadrimestres. Então, ao longo do tempo, esse superávit orçamentário é consumido, e nós temos um *déficit* orçamentário em dívida, só para se ter ideia, em dívida e execução com pessoal, previsto para este ano 8.500 na execução com pessoal, há uma previsão de execução de despesa na ordem de 9.300. Só em despesa com o pessoal temos um *déficit* de 800 milhões.

No âmbito da dívida, nós temos também um *déficit* orçamentário. Isso aqui, ao longo do tempo, tem que preencher esses *déficits*.

No âmbito do resultado primário é que é a economia para fazer o enfrentamento às obrigações do ente Estado. No resultado primário essa economia faz enfrentamento às obrigações com dívida e outras obrigações do Estado que não estavam lastreadas com financeiro. Nós tivemos 833 milhões. Para se ter uma compreensão, somente com dívida o Estado aportou recurso na ordem de 424 milhões. Então, esse *superávit* financeiro vem para fazer enfrentamento a essas obrigações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Se nós olharmos também, RP, nós tivemos RPs na ordem de 279 milhões. São valores que são liquidados por esse *superávit* no resultado primário.

A previsão era um *déficit* de 215 milhões. Por que não tivemos esse *déficit*? Porque não entraram recursos de créditos previstos. Tínhamos uma previsão significativa de crédito para ser aportado no Estado e não entrou. O Estado não obteve aval da União. Se temos feito alguma coisa no âmbito de investimento, ou era recursos que vinham de anos anteriores a 2015 ou são recursos próprios dos Poderes, dos entes do Estado.

Na dívida consolidada, se tivéssemos aqui um dado do ano anterior, estamos reduzindo também a nossa dívida no ano anterior, estamos reduzindo também a nossa dívida no ano anterior era 7.100 e ela está 6.300. A dívida tem sido reduzida. Reduzida, por quê? Não temos conseguido novos recursos para investimento. Então, a nossa dívida está sendo reduzida ao longo do tempo.

E na aplicação de recursos com a educação e saúde chegamos a 11,9%.

Com a saúde este ano deve ser superior a 13%.

No âmbito da educação, no primeiro bimestre, como isso aqui é um resumo do primeiro quadrimestre, no primeiro bimestre são meses não letivos, nós temos gastos menores com a educação nesse primeiro quadrimestre. Está previsto 25,5% e certamente a execução será superior a 25,5% ao longo do ano.

Vou pedir aqui para abrir as deduções legais - está em disponibilidade.

Essa é a situação da disponibilidade de todos os Poderes na contabilidade pública. Se olharmos aqui em 30/04/2016 a Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas tinham no financeiro 264 milhões e 1 mil reais; o Poder Judiciário 550 milhões de reais; Ministério Público 123 milhões de reais.

Quero chamar a atenção do Poder Executivo.

Convênios e contas especiais são vinculações e o Poder Executivo não tem acesso a esse recurso. Contas de convênio são recursos que chegam da União e esses recursos são direcionados a obras, a execução de despesas ordinárias ou investimento, e são recursos vinculados. No âmbito de contas especiais são os empréstimos que as instituições fazem, nós tínhamos seiscentos e dezesseis. Ou seja, isso aqui não são recursos que a tesouraria tem acesso.

O recurso que nós tínhamos em 28 de abril é 28 milhões de reais, que era o recurso que estava na Conta Única do Tesouro, e 121 milhões na Conta Arrecadação. Quando esses recursos aqui fluírem para o Tesouro tenho também que aportá-lo aos demais Poderes.

Do que chega ao Tesouro somente 40% fica na tesouraria, porque o restante vai para as vinculações.

O que são vinculações? Recursos repassados para os municípios, recursos repassados para os Poderes. Dos 121 milhões, provavelmente 50 milhões iriam aportar ao tesouro e os demais recursos iriam ser aportados para os municípios e para os entes que compõe a contabilidade do Estado. Enfim, nós tínhamos uma disponibilidade de 02 bilhões e 180 milhões e o Tesouro efetivamente tinha 28 milhões em conta, e os demais Poderes essa razão.

Esse é outro dado que chama a atenção. Como eu falei para os senhores, estamos falando à sociedade, a execução do orçamento e das finanças públicas têm referenciais e indicadores que sinalizam uma saúde, ou não, das finanças do Estado.

No âmbito dessa execução, vamos ver que somente o Poder Executivo previsto está abaixo de 49% e estamos a 50,46%; 5% do Poder Judiciário que poderia estar 6%; Assembleia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Legislativa, que está 1,25% que poderia estar 1,77%; Tribunal de Contas 1,16%, que poderia estar 1,23%; Ministério Público 1,74%, que poderia estar 2%.

Quero chamar a atenção dos senhores no seguinte: os indicadores da Execução da Despesa, quero só chamar a atenção mais uma vez, 72% da execução de despesa compreende-se as despesas com pessoais e obrigações sociais.

Esses indicadores de 49% na verdade são três referenciais: o referencial é até o limite de alerta, que fique entre 44,10%, que fica entre abaixo de 44,10% e chegando a 44,10%. Quarenta e quatro e dez por cento da Receita Corrente Líquida. Entre 44,10% e 46,55% é o limite prudencial... Desculpem-me, de 44,10% e 46,55% é o limite de alerta; até 44,10% estamos normais. Entre 44,10% e 46,55% é o limite de alerta, passou de 46,55% e chegou a 49% é o limite prudencial.

O que significa isso? Saúde financeira das finanças públicas é quando a execução de política de pessoal está abaixo de 44,10%.

Estando entre 44,10% e 46,55% a Lei de Responsabilidade sinaliza que há a necessidade de melhorar a performance na execução da despesa com pessoal. Chegando entre 46,55% a 49% estamos no limite prudencial.

Quais são as consequências? De 46,55% a 49%, o Poder que estiver... No caso o Poder Executivo estando nesse limite, ele fica impossibilitado de executar concurso público, a não ser para as três áreas: segurança, saúde e educação. A legislação estabelece que também estando acima de 49% o Poder que estiver acima do limite prudencial fica impossibilitado de acrescentar qualquer obrigação com as despesas de pessoal e tem que recrudescer até abaixo de 49%.

Mas é abaixo de 49%? Não. Se o Poder tem a necessidade, em especial o Poder Executivo, tem a necessidade de executar concurso para outras áreas que não somente segurança, saúde e educação, tem que estar abaixo de 46,55%. Ótimo! Estando abaixo de 46,55% podemos executar concurso para todas as áreas.

É o satisfatório? Não. O indicador de execução de despesa de pessoal do Poder Executivo que sinaliza boas condições das finanças do Poder Executivo é estar abaixo de 44,10, ou seja, nós estamos a 1,46% acima do limite prudencial previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não vamos alongar nisso, mas existem consequências quando você chega acima desses limites e essas consequências são prejuízos para o gestor e prejuízos para o Poder. Esses indicadores alcançam todos os Poderes: Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Executivo e Assembleia Legislativa. Cada um destes entes tem referencial para a execução das despesas.

Enfim, esses são os indicadores mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que nós trazemos aos senhores? Dever de casa. No âmbito das receitas correntes próprias, o Poder Executivo fez o dever de casa: boa performance do ICMS. Mas tivemos um prejuízo na performance do IPVA e causou grave preocupação o forte crescimento de Imposto de Renda, que traduz também, por sua vez, em forte crescimento na despesa de pessoal.

Frustração das transferências correntes de capital. Aqui, tanto transferências das receitas correntes quanto transferências das receitas de capital, no âmbito da União, tivemos frustração. No âmbito das receitas correntes, grande frustração no FPE, no IPI e o SUS também nos repassou menos em termos nominais do que o ano passado.

Na evolução da despesa com pessoal, a evolução é superior à receita, tem sido um processo histórico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Eu quero chamar a atenção que para lidar com isso há várias formas, uma delas é a melhoria da performance da receita pública.

O Tesouro tem a contabilidade pública e o objetivo do Tesouro é levar à sociedade as informações sobre os grandes agregados da execução orçamentária e financeira da receita e da despesa pública. Quando nós trazemos essa informação, é um sinal de que algo precisa ser feito. Esse algo que precisa ser feito não é um bolo, não é uma receita. Isso precisa ser avaliado pelos entes que compõem o Poder: Assembleia Legislativa, Poder Executivo e demais Poderes.

A informação da execução da receita e da despesa públicas tem por elemento levar à sociedade o que está acontecendo e como devem os entes proceder para ajustar a distribuição de recurso e a execução da receita e da despesa em consonância com esses bons indicadores.

Existe um referencial na Lei de Responsabilidade, que é a execução temerosa da política pública. A execução temerosa da política pública observa dois institutos constitucionais muito relevantes: a supremacia do interesse público em detrimento a interesse de grupos ou pessoais; e a continuidade do serviço público.

Então o que acontece? A execução temerosa das finanças públicas, quando é sinalizada por execuções que ferem esses indicadores, reclama do gestor atitude para ajustar esse elemento receita e despesa de modo que não ponha em xeque o interesse comum, o interesse social.

Boa Margem e capacidade de endividamento, porém baixa capacidade de pagamento. Quero chamar a atenção dos senhores! A contabilidade e o Tesouro chamam a atenção dos senhores: nossa dívida está 6,7 bilhões; e o nosso PIB está próximo a 100 bilhões. Ou seja, nossa dívida é pouco mais de 6% do nosso PIB.

A dívida de Mato Grosso do Sul, um co-irmão, um irmão siamês nosso, é em torno de 12 bilhões e seu PIB é pouco mais de 50 milhões, em torno de 60 milhões. Ou seja, a dívida de Mato Grosso do Sul é 20% do PIB.

Então tudo isso é determinante para aumentarmos a nossa capacidade de endividamento e podermos investir.

Capacidade de pagamento: quando nós executamos despesa na ordem de 72%, despesa de pessoal, nós reduzimos a nossa capacidade de pagamento.

O STN e o próprio BNDES, que é um grande financiador de política pública, têm os indicadores de risco do Estado. Hoje o Estado de Mato Grosso tem um forte indicador de risco...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Dr. Carlos, o Deputado Max Russi quer aproveitar que o senhor está tocando nessa questão para fazer uma pergunta.

Convido o Secretário Gustavo Oliveira para compor conosco a mesa.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Fique à vontade.

O SR. MAX RUSSI - Bom dia, Carlos.

Quero cumprimentar o Presidente da Audiência Pública, Deputado Wilson Santos e também o nosso Secretário de Fazenda, Seneri Paludo.

O senhor colocou no quadro passado, uns dois quadros para trás, o gasto com pessoal e encargos sociais na ordem de 72%, despesa.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Perfeito!

O SR. MAX RUSSI - Com 1%, inclusive, de investimento, sendo que, vendo algumas matérias, achei que era algo em torno de 3% a 4% a capacidade do Estado. Esses 72% não batem aqui com os 60%. Por que deu esse índice elevado?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Os 49% são referentes à receita corrente líquida. A receita corrente líquida é um referencial e, a partir desse referencial, você pode tomar também como referenciais a execução da despesa de pessoal dos demais entes. Quando eu lhe ponho 72%, esses 72% são em relação ao total da despesa executada. Eu não estou comparando isso com o indicador pontual, que é a receita corrente líquida.

A receita corrente líquida é o indicador de saúde ou não dos Poderes. É como se ele falasse: “olha, toma cuidado, porque você estará acima”. E é reflexo. Quando você vê que nós estamos executando 50,46%, nós vamos reproduzir isso na execução de toda a despesa pública e ver que R\$72,00 a cada R\$100,00 são executados com despesas de pessoal e encargos.

Então o que você perguntou foi: por que ali são 72%? Isso é em relação à despesa total. Só chamando a atenção, quando eu pego toda a receita total, eu expurgo receita de exercício anterior e sentenças judiciais. Então o que ocorre? Esse referencial que você tem da receita corrente líquida é o referencial de saúde financeira do ente e ele cabe a cada um. Por exemplo, no âmbito da execução de ODC, algo em torno de 23% do total deveriam estar sendo executados em outras despesas correntes. Outras despesas correntes é o que você precisa para fazer frente as políticas públicas.

Nós temos, por exemplo, uma previsão de 11,5% da receita corrente líquida, que é o aporte que deveríamos fazer para cumprir a obrigação de juros e amortização, que dá em torno de 13%, 14% da despesa total.

Investimento deveria ser algo próximo de 3% do PIB. Deveríamos estar investindo com recurso próprio de terceiro na ordem de 3 bilhões de reais.

Para chamar a atenção dos senhores, no ano de 2015, na consolidação, investimos 840 milhões, quando deveríamos estar investindo na ordem de 3 bilhões por ano, o que significa que temos um déficit de investimentos.

Eu queria somente fechar aqui no outro indicador. Ouviu, Deputado? Também são expurgados na receita corrente líquida os inativos.

Entre todos os indicadores sinal vermelho para o comprometimento da despesa de pessoal em relação à RCL, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero chamar a atenção dos senhores é que esses são os indicadores. Quais as ações que serão feitas para ajustar isso ao longo do tempo é uma acomodação política que não compete nem à Tesouraria, tampouco aos técnicos que a compõem. Temos aqui, também, membros da Câmara Fiscal que se informam desses indicadores e reproduzem notas técnicas destinadas ao estratégico de Governo.

Quais são as ações? Elas passam de uma forma muito efetiva em apreciação de normativos e mudança de atuação no âmbito social, ou seja, isso é produto de uma acomodação social.

Eu quero chamar a atenção, também, de que no âmbito da distribuição de recursos para os poderes muito ficou prejudicado o Poder Executivo. Nós tivemos um fluxo financeiro muito prejudicado no último quadrimestre. Estávamos com 28 milhões e os demais poderes estavam próximos a 1 bilhão de recursos disponíveis em financeiro.

Enfim, esses números só para reforçar...

Contabilidade pública do Estado: o Tesouro do Estado por meio de suas unidades informa à sociedade e a sociedade tem por objetivo monitorar toda a atuação dos poderes com vista a ajustar esses indicadores a níveis de execução que não comprometam e que não imponham temor

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

social, que imponham certa tranquilidade e comodidade social. Qual é a receita do bolo? Não compete ao Tesoureiro ou à Tesouraria ou à Câmara Fiscal.

O tesoureiro que vos fala é servidor público, também, e sofre todas as consequências das políticas públicas do Governo. O tesoureiro, por questões morais, um dos princípios do Art. 37, tem que reproduzir esses dados e trazer isso à sociedade. Por meio das suas unidades tem que reproduzir esses dados e trazer isso à sociedade.

Ok?

Obrigado aos senhores! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Nós agradecemos o Secretário, o servidor de carreira Carlos Antônio da Rocha, que quando era bem jovem e bem cabeludo tive o privilégio de ter como nosso aluninho, Gustavo.

O SR. GUSTAVO OLIVEIRA (FORA DO MICROFONE) - Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Queremos registrar a presença, com muita satisfação, do Deputado Max Russi, que infelizmente não ficará conosco, porque tem outros compromissos; do Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, novo Secretário de Planejamento do Estado de Mato Grosso; Sr. Gustavo Amorim, Presidente da Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado - obrigado, Gustavo -; do Sr. Edmundo César, Presidente do SINPAIG-Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental de Governo - obrigado, Edmundo pela presença -; Sr. Antônio Wagner, Coordenador-Geral da CSBMT-Central dos Sindicatos Brasileiros; Deputado Max Russi; e Sr. Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde.

Eu quero começar convidando o Oscarlino para assumir o microfone, porque é o primeiro inscrito da plateia. Ele foi o primeiro a chegar aqui.

Dizer à plateia que está aberta a inscrição. Quem quiser falar vamos estabelecer um prazo de 5 minutos e vou ser rigoroso no prazo. No máximo vou conceder, Eduardo Butakka, um minuto de prorrogação. Então, já está combinado que serão 5 minutos para fazer perguntas e, também, não é obrigatório somente fazer perguntas. Quem quiser fazer uma avaliação, uma contextualização, também, está aberto. São 5 minutos, prorrogáveis por mais um.

O primeiro inscrito é o Sr. Oscarlino Alves.

Quem quiser se inscrever é só levantar a mão que o Cerimonial vai até você fazer a inscrição.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Bom dia a todos!

Vou cumprimentar a mesa das autoridades políticas da Assembleia Legislativa em nome do Deputado Wilson Santos; cumprimentar o Secretário Gustavo de Oliveira e lhe desejar boa sorte na nova empreitada, no novo desafio frente à pasta do Planejamento; cumprimentar o Secretário Seneri Paludo à frente da pasta, um novo desafio é a Secretaria de Fazenda; e demais autoridades presentes à mesa; cumprimentar o público, senhoras e senhores.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui presente.

Deputado Wilson Santos eu não vou fazer nenhum... Vamos fazer alguns questionamentos para oportunizarmos a todos a compreensão, o entendimento daquilo que foi dito, especificamente daquilo que foi dito aqui.

Desculpe a gafe, mas quero cumprimentar meus colegas, porque tem mais presidentes de sindicatos aqui presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Cumprimentar o Sr. Luiz Jorge Brasilino da Silva, Presidente da Associação dos Professores da UNEMAT; nosso colega Luiz Wanderlei dos Santos, Do Sindicato dos Técnicos da UNEMAT, do SINTESMAT; colega Gustavo Amorim, Presidente da Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral; e o guerreiro e combatente colega que foi bastante alvejado no processo de greve, Presidente do Sistema Socioeducativo, que tenta recuperar menores infratores, nosso colega Paulo, outro colega ali presente; Antônio Wagner Oliveira, Coordenador da Central de Sindicatos do Brasil aqui, também, presente.

O primeiro questionamento é quanto ao que foi apresentado pelo Secretário Adjunto Carlos Rocha com relação ao que ele falou dos 300 milhões, uma evolução significativa, mas tentando fazer um *link* com o gasto com pessoal na questão do Imposto de Renda Retido na Fonte, dizendo que é meramente uma situação contábil.

Gostaríamos de entender por que contábil? Por que não tem lastro financeiro? O Estado não se planeja para ter lastro financeiro para descontar esse Imposto de Renda como recurso financeiro no pagamento dos subsídios dos servidores e isso posteriormente volta para o Tesouro Estadual? Eu gostaria de entender o porquê da fala de ser considerado como saldo contábil e não financeiro, porque é significativo. Daria para pagar... Só o Imposto de Renda Retido na Fonte daria para pagar praticamente metade da RGA dos servidores públicos do Poder Executivo no ano corrente.

A outra situação que eu gostaria de pedir esclarecimento, e já é até uma questão de crítica, é que foram apresentados dados de todos os Poderes, então, gostaria de saber se as autoridades, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, o Defensor Público Geral, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Contas, foram formalmente convidados para participar da apresentação do 1º Quadrimestre das contas do Estado, porque eu não vejo nenhuma dessas autoridades aqui presentes e são gastos significativos desses poderes.

E aí já vou fazer uma explanação.

Existe um relatório do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento do Brasil. Mato Grosso ocupa o 2º lugar nacional de pior gasto com os poderes, fora o Poder Executivo, projetando um gasto na ordem de quase 30% da Receita Ordinária Líquida do Tesouro, que seria a conta que teria que ser apresentada aqui e não a participação no bojo total da Receita Líquida Corrente do Estado como foi feito ano passado. A metodologia do cálculo das receitas, 17,02% dos duodécimos repassados aos poderes que projetam um saldo financeiro, hoje, significativo de dinheiro que sobra nos demais poderes, falta no Poder Executivo, inclusive contrariando uma Nota Técnica expedida pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso ano passado, no final do ano passado, para seguir a Lei de Diretrizes Orçamentária preconizada na Lei nº 10.311, não foi cumprido, foi contrariada essa nota técnica e hoje sobra mais de 500 milhões dos outros Poderes que falta na execução das políticas públicas.

Eu gostaria desse esclarecimento. Porque as entidades, os representantes dos outros Poderes não estão sentados aqui? Por que as planilhas e metodologia de cálculo para os Secretários de Planejamentos Estaduais falam da ROLCT - Receita Ordinária Líquida Corrente do Tesouro, e por que foi criado o percentual do duodécimo passado por meio da Receita Corrente Líquida do Estado?

Essas são minhas duas colocações e gostaria de um esclarecimento para levar as nossas bases, justificando o repasse que foi feito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

A Lei de Diretrizes Orçamentária preconizava 17,02% e quando projetamos em cima da Receita Corrente Líquida, que serviu de base para construir a Lei Orçamentária Anual, a Lei nº 10.354, esse número de 17,02% se projetou para 20,05%.

Gostaria desses esclarecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Carlos Rocha para as respostas.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Quanto ao Imposto de Renda, eu vou explicar de uma forma bem simplificada para que todos possam compreender.

O Tesouro do Estado concentra todo o recurso financeiro do Estado. Imposto de Renda todos os Poderes retêm Imposto de Renda dos seus servidores. Esses Poderes repassam ao Tesouro do Estado esses valores. Para se ter uma ideia, de dez e quinhentos, dez e seiscentos que está previsto na execução de despesa com o pessoal para este ano, próximo a nove e trezentos é despesa com o pessoal, os demais Poderes repassam à tesouraria os valores de Imposto de Renda. No âmbito do Tesouro do Estado não tem sentido eu repassar para mim mesmo. Então, ele é um procedimento meramente contábil. Eu gero este saldo e repasso isso para a contabilidade contabilizar como receita. Mas, efetivamente, o tesoureiro não recebe nenhum valor de Imposto de Renda.

Eu tenho uma razão financeira ou o Tesouro tem uma razão financeira para disponibilizar e efetuar pagamento das obrigações com os servidores, e nessa razão financeira não está, naturalmente, o recurso previsto com Imposto de Renda. Ele entra somente como um procedimento contábil.

Eu vou repetir isso. Está certo? Não há financeiro. Dos outros Poderes vão e depositam no Tesouro o valor correspondente ao Imposto de Renda.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Ele não entra como financeiro para o Tesouro. Ele é contabilizado como despesa, mas ele não entra como receita. Tanto é que para efeito de cálculo da RCL há todo um procedimento de expurgo que depois, em outra oportunidade, nós podemos explicar.

O procedimento e cálculo da RCL - Receita Corrente Líquida consideram nessas particularidades para fazer a aferição da execução da despesa com pessoal com a efetiva disponibilidade.

É por isso que, perguntado pelo Deputado Max Russi, nós vamos ver que na execução de total da despesa com pessoal está lá 72%, enquanto que o previsto é 60%. O que significa isso? A RCL tem por objetivo filtrar e ver o que é efetivamente líquido tem para fins de disponibilidade e cumprimento das obrigações e, a partir daí, traça os referenciais indicadores para demonstrar ou não a saúde financeira doente.

Convite aos demais Poderes - a Audiência Pública é convocada, nós somos convocados pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Eu sei que outros Poderes aqui estão, porque foram comunicados, posso ver aqui algumas pessoas de Poderes aqui presentes, não sei se todos estão, mas alguns eu já tive a oportunidade de conviver com eles. Então, o convite é feito pela Assembleia e não é só feito aos Poderes, é um convite feito, porque, na prática, estamos informando à sociedade os dados contábeis relativos à receita e à despesa do Governo. Algumas pessoas de outros Poderes estão aqui... Poderiam, por gentileza... Estou vendo pessoas do Ministério Público...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

(O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Um exemplo, o Chefe do Poder, eu não posso lhe falar em particular agora... Por causa do Pedro Taques, ele nos impõe a obrigação e a própria legislação exige...

(O SR. OSCARLINO ALVES DA PLATEIA VOLTA A DIALOGAR COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Só para chamar a atenção, quem faz esse convite à sociedade é a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Ela tem, como o próprio impositivo do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que fazer essa convocação. Mas eu creio que o Chefe do Poder, em si, não virá aqui, vai mandar seus representantes aqui. No âmbito da Assembleia Legislativa é a unidade que lida com questões orçamentárias do próprio Poder, que faz esse convite e se faz representar na Assembleia Legislativa. Eu vejo alguns outros Poderes aqui.

Na questão do MT, segundo gasto em 30% com repasse aos Poderes. É outro aspecto que eu queria chamar a atenção. A importância da Audiência Pública é isso que estamos vivenciando aqui. Este é um momento muito importante, onde se cria as vias para acomodar os interesses sociais. E esses interesses sociais, de tal forma, têm que ser harmonizados, de modo a não imporem à sociedade outros prejuízos.

É como eu disse, a Lei de Responsabilidade tem dois elementos que são primordiais que pede ao gestor: não tenha uma gestão temerosa. Por quê? Há dois princípios constitucionais: a supremacia do interesse social em detrimento ao interesse de pessoais e grupos e a continuidade do serviço público.

É bem claro que se, porventura, o comprometimento financeiro do ente Estado ficar muito representativo, seja lá por qualquer despesa que for, se nós pegarmos aqui um Poder Executivo que queira somente investir, investir pode sobrecarregar e penalizar outras despesas, a exemplo de despesa de pessoal...

A administração temerosa da gestão pública tem por elemento sinalizar ao gestor que ele deve olhar os interesses sociais e a continuidade do serviço público.

Então, o que acontece? No âmbito do gasto, que é 30% do repasse aos Poderes, eu creio que este é o momento para que se harmonizem os interesses na discussão, onde cabe essa discussão na própria Assembleia Legislativa, e a partir daí considerem, aí sim, todos os elementos que venham ao longo do tempo, não vou nem falar que isso seja no curto prazo, certamente não vai ser no curto prazo, vou trazer somente um elemento aqui: somos da área tributária... Por exemplo, estou na despesa, mas, essencialmente, sou da área tributária, em particular. Na minha unidade muitas pessoas são da área tributária. Qualquer mudança na tributação vai reclamar vários valores, o primeiro é o planejamento da própria empresa. É por isso que a empresa recorre às vias judiciais. A empresa tinha um planejamento, tinha uma expectativa de um excedente financeiro para investir e, muitas vezes, se ela se vir frustrada a correr e aportar muitos recursos para as obrigações de ordem tributária poderá diminuir a sua demanda e, por sua vez, a sua receita e pode comprometer investimento. Estou olhando o lado do empresário.

Podemos olhar para dentro e vemos, claramente, o quanto há uma intervenção de todos os entes para que essa acomodação tome à reflexão esses impeditivos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

No âmbito das pessoas, nós vemos aqui que estamos esbarrando em indicadores que causam restrições a aumentos e melhorias dos salários dos servidores. A exemplo, a minha própria carreira que nos últimos anos não teve nenhuma lei de carreira, que são os Fiscais de Tributos Estaduais, e estamos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Carlinhos, o senhor dispõe de mais um minuto.

O senhor está gastando mais tempo para responder do que a turma para perguntar. (RISOS)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Na metodologia de repasse aos Poderes, isso está sendo discutido com a Assembleia Legislativa, através da LDO.

Quinhentos milhões de reais que foram ditos. Na verdade, estivemos próximos a 01 bilhão de reais de *superávit*, e desse um bilhão pouco era do Poder Executivo, mas isso vai ser discutido. Há muitas questões que devem ser observadas.

Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Vou conceder mais dois minutos ao Oscarlino para que ele reponha aquelas perguntas que ele entende que não foram devidamente respondidas.

Por favor, Oscarlino!

Não tem mais ninguém inscrito.

Edmundo, você vai cometer essa heresia de vir aqui e não fazer pergunta? (RISOS)

Com a palavra, o Oscarlino.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência, que é um profundo estudioso da matéria, até para depois, nos bastidores, ter subsídios para discutir com as categorias.

Nós temos posse de um relatório dos Secretários do CONSEPLAN. O CONSEPLAN só consolida a metodologia de cálculo que foi apresentada.

Nós gostaríamos de saber quem criou a Lei Orçamentária, que trouxe o projeto do Executivo que foi aprovado na Casa, do foi o atual Governo.

Hoje a realidade que nós temos sobra recurso orçamentário e financeiro nos Poderes que faltam hoje para o Poder Executivo realizar as políticas públicas como saúde, educação e segurança pública.

Até para conhecimento do novo Secretário de Planejamento, Dr. Gustavo Oliveira, nós gostaríamos de entender qual foi a metodologia de cálculo que contrariou uma Nota Técnica da SEPLAN, que inclusive tem um processo na Secretaria Adjunta, salvo engano processo nº 590.0005/2015, que capeia uma Nota Técnica dizendo para não fazer assim, não alocar recurso naquela situação, que faltaria recurso. Ou seja, dá a entender que foi tirado recurso orçamentário do Poder Executivo, alocado nos demais Poderes, e o relatório do CONSEPLAN só consolida.

O ano passado, realizado, o segundo pior resultado dos Poderes com gasto, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado.

E esqueci-me de falar, 2016 projeta o pior resultado. Mato Grosso vai liderar *ranking* de pior resultado com gastos aos Poderes e o que vemos aqui na matriz de consolidação de gasto com pessoal é que apresenta um dado de 50,46%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Sentamo-nos com o Governo, com a Secretaria de Gestão, contrariando a Lei 8.278, no seu art. 6º, que dizia que nós tínhamos que tratar desses números no COGEP, e o COGEP na prática nunca existiu, onde os números da receita e da despesa teriam que ser esmiuçados numa comissão para entrarmos num consenso e entendimento e por isso virou o imbróglio da greve, de o Governo não conseguindo justificar, não conseguindo apresentar e não conseguindo negociar com as categorias, se desencadeou no processo da greve.

Esse número de 50,46%, apesar de insistência do fórum sindical em 05 reuniões, não 102, como o Governador falou na imprensa, 05 reuniões, nunca foram apresentados esses dados do gasto com o pessoal e virou todo esse imbróglio.

O que acontece? Resumo da ópera, sobra dinheiro nos Poderes.

Foi feito de forma errada, falaram para não se fazer, foi feito, tem como os entes sentarem de forma responsável e resolver toda essa pendenga, porque se sobra, vai sobrar de novo no final do ano de 2016, superávit financeiro, e esse dinheiro fica no cofre, no caixa da Assembleia Legislativa, fica no cofre do TJ e, resumo, a Assembleia Legislativa está fazendo convênio com emendas para os Deputados, está comprando ambulância para a saúde, está tomando ações do Executivo porque falta recurso orçamentário financeiro.

Eu gostaria de saber por que foi feito dessa forma e qual os encaminhamentos para resolvermos agora? Porque que da para resolvermos já esse problema.

Não vai ter dinheiro nunca para pagar a nossa RGA. Sobra margem.

Os 60%, a Lei de Responsabilidade Fiscal, não fala apenas dos 49% do Poder Executivo, ela delimita limites para gastos de pessoal com os Poderes.

O que se fala nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, é que o gasto total é de sessenta por cento.

Senhores, na PLDO de 2016, o atual Governo já admitia a possibilidade de extrapolar o 60%. Estava previsto um gasto de pessoal de sessenta e 62%.

Eu tenho o documento que comprova. Eu estava sentado aqui na Audiência Pública, nós acompanhamos todas as Audiências Públicas, e o Governo já admitia.

E nem por isso - não existe isso - nenhum governador foi preso, porque gastou muito, porque o maior agente de transformação são os trabalhadores.

Há poucos dias os trabalhadores estavam na rua e esse Governo não vai conseguir transformar nada com trabalhadores na rua insatisfeitos e com parcelamento da RGA de forma impositiva.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Gustavo, dois minutos.

SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Posso? Obrigado!

Bom dia!

Eu estava inscrito, vou aproveitar para responder um pouco do que bem abordou aqui o Presidente Oscarlino.

Deputado Wilson Santos, primeiro, em nome do Governo do Estado, obrigado pelo convite e pela oportunidade de estar aqui prestando esclarecimentos ao conjunto da sociedade sobre as finanças públicas estaduais.

Eu não cheguei no começo, eu estava em outro compromisso, mas ontem tive acesso à apresentação que o Secretário Carlos Rocha acabou de fazer a todos aqui e quero começar a minha fala chamando a atenção de todos para algo que está implícito na apresentação do Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Carlos Rocha, mas que talvez só comece a saltar aos olhos de toda sociedade diante de todo momento de crise que nós vivemos no cenário nacional.

O resumo é: os sinais estão todos aí, senhores.

Quais são os sinais? Primeiro, o Estado de Mato Grosso ainda tem uma boa saúde financeira, capacidade de contrair operações de crédito, mas não tem acesso a operações de crédito por falta de aval do Tesouro Nacional.

Estive pessoalmente com o Governador Pedro Taques na semana passada, na Secretaria do Tesouro Nacional, onde ouvimos com todas as letras que, dado o esforço fiscal que o Governo Federal tem que fazer, que esse esforço fiscal tem que caber na meta do déficit de 170 bilhões já anunciados há algum tempo pela equipe econômica, não tem espaço para novos avais e por isso não darão novos avais à operações, o que compromete seriamente a capacidade de investimento do Estado de Mato Grosso pelo aporte de recursos com o aval do Tesouro Nacional.

Especificamente estamos tratando de investimentos em infraestrutura, operações que já estão aprovadas no BNDES, operações que o Estado demonstrou ter capacidade de pagamento para fazer, mas que recursos não podem vir por uma decisão que é importante para o país o ajuste de contas públicas nacionais, mas que infelizmente nesse momento penaliza quem tem capacidade de tomar recursos e, de alguma forma, quem não tem essa capacidade não é incomodado por isso.

Nós temos que fazer essa discussão como sociedade. Se Mato Grosso pode acessar recurso é muito injusto conosco que ajudamos tanto o País com o superávit na balança comercial, que precisamos muito de infraestrutura que não possamos acessar esse recurso.

As transferências de capital, transferências da União para os Estados, estão queda.

Não conseguimos acessar os depósitos judiciais, e isso está no item como outras receitas de capital que estavam previstas para o orçamento deste ano.

O FPE teve uma queda nominal de 4,2%. Se corrigirmos pela inflação chega a quase 16% de queda.

Oscarlino, você que é um militante do SUS, viu na apresentação uma queda de 7,1% nos repasses na área de saúde do Governo Federal para o Governo Estadual. Isso num momento, vamos deixar claro, em que a população mais precisa, porque muitas pessoas estão perdendo o emprego e estão deixando de pagar seus planos de saúde, migrando para serem clientes exclusivos do SUS, e neste momento em que elas mais precisam faltam recursos para aplicar à população na saúde. Você, como um grande batalhador que é pelo SUS, deve estar, tanto quanto eu, incomodado com que essa infeliz coincidência aconteça. Quando a população mais precisa vem menos recurso para o Estado de Mato Grosso.

Temos desafios. Primeiro executar programas de investimento sem aporte de recursos da União, sem aval do Tesouro Nacional. Temos uma pressão gigantesca de pagamento de uma dívida. Essa dívida está composta em três parcelas. A primeira é uma dívida com a União, que está sendo renegociada, mas a termos muito duros - é preciso que se diga isto. As contrapartidas exigidas dos Estados são muito duras e novamente penalizam os estados que têm uma saúde um pouco melhor do que outros.

Temos um problema sério que é a frustração dos investimentos, investimentos esses que a sociedade tanto espera, tendo elegido o Governador Pedro Taques para fazer isso, porque, simplesmente, sem que tenhamos acesso a essas fontes de recursos, não acontecem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Mas eu dizia da dívida. Ela tem um componente estadual que está sendo renegociado com o Governo Federal; um componente de dívida externa, que está pressionado pela flutuação cambial e cresceu - isso é claro, os números mostram isso, a despesa com a dívida externa cresce ano a ano, o desembolso com ela cresce ano a ano -; e nós temos, também, a questão das dívidas das obras da Copa do Mundo.

O Governador Pedro Taques esteve em Brasília, está convocando os outros 11 governadores dos Estados onde tivemos a Copa do Mundo para que renegociemos uma carência para o pagamento disso neste momento mais agudo da crise. A nossa proposta foi de um ano de carência total, mais um ano de pagamento só dos serviços da dívida, sem amortização, para que daqui a dois anos possamos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS - FALA FORA DO MICROFONE) - Só da Copa dá quanto?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Só da Copa é quase 40% do total da dívida.

Se nós conseguíssemos esse alívio financeiro, teríamos mais recursos disponíveis para investimento. O problema é que, quando essa estruturação da dívida da Copa foi feita com o BNDES e a Caixa Econômica, o BNDES vendeu isso no mercado privado, sem aval do Tesouro Nacional, o mercado privado não pediu isso e, agora, se ele for renegociar, o mercado privado quer o aval do Tesouro Nacional. Aí novamente voltamos à questão de que o Tesouro Nacional não vai dar o aval. Renegociar a dívida era fundamental para que pudéssemos atacar.

Mas o que eu quero resumir aqui com todos vocês? Nós acabamos de passar por toda essa discussão sobre a possibilidade ou não de o Tesouro suportar o pagamento da RGA integral, mas nós temos uma discussão que é muito mais profunda. Embora não tenhamos uma crise aguda no Estado de Mato Grosso, os indicadores todos mostram que nós já temos contaminação das finanças públicas do Estado de Mato Grosso por efeito da crise nacional: FPE caindo, menos repasse para a saúde, impossibilidade de aval do Tesouro Nacional, uma série de consequências da conjuntura nacional que começam a impactar aqui. E o recado muito simples é o seguinte: nós teremos doze meses de muita atenção, de muita vigilância, de muito cuidado por parte do Executivo Estadual, porque, se por um lado nós precisamos concretizar as políticas públicas, por outro um Estado sem saúde financeira, um Estado penalizado por descumprir a LRF, ele é muito pior para todo o conjunto da sociedade.

E aí eu quero, mais uma vez, parabenizar o pronunciamento do Oscarlino, quando ele, de uma maneira muito sutil, coloca que isso é um problema de todos nós. É verdade, Oscarlino! É um problema de todos nós! Não é mais um problema só do Executivo. Eu tenho dito isso. É uma inocência imaginarmos que essa condição do Executivo não contamina toda a sociedade. Ela é contagiosa! Porque um Executivo sem capacidade de investimento, um Executivo sem capacidade de realizar as políticas públicas, acaba impactando toda a sociedade.

Para finalizar, Deputado Wilson Santos, eu queria dizer que eu aceitei o convite do Governador Pedro Taques e acabei de assumir como Secretário de Planejamento. Então peço desculpa a vocês se ainda não tenho o conhecimento de todos os relatórios que foram citados aqui, mas já estou olhando ali para a equipe e eles já estão me sinalizado que, durante esta semana, em que estou mergulhando nos estudos, isso tudo vai ser apresentado, mas eu acho que sim, é o momento de nós ampliarmos o debate da discussão, Deputado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Se não de maneira definitiva, pelo menos, de maneira temporária, todo o conjunto da sociedade precisa entender o momento grave pelo qual o País passa e se apresentar para alguns sacrifícios.

Eu não quero aqui, de maneira leviana, propor corte de duodécimo aos Poderes, corte de políticas públicas, demissão de quem quer que seja, não é isso que eu quero propor. O que eu quero propor é que muito mais do que ficar olhando para trás e tentar entender quem são os culpados por isso aqui que nós estamos vivendo hoje, que sentemos, arregacemos as mangas e nos proponhamos a achar soluções, soluções emergenciais. Tem gente batendo na porta do SUS com dificuldade de atendimento, tem gente precisando mais do que nunca do Estado para enfrentar essa crise a curto prazo, precisando de geração de emprego, precisando mais do que nunca de que o Estado se apresente para tentar minimizar essa crise.

É isso o que eu queria propor aqui, Deputado. Com a liderança da Assembleia Legislativa, tenho certeza de que esse debate será ampliado e será discutido com toda a sociedade, para que possamos em conjunto achar ações. Eu não quero achar culpados, eu não quero determinar se é só isso ou só aquilo, mas nós temos que fazer esse pacto por Mato Grosso, porque o conjunto da sociedade espera por isso, elegeram os deputados, elegeram o Governador Pedro Taques para que façamos essa discussão, e nós estamos aqui nos apresentando para fazer essa discussão com muita coragem e com muita transparência com todos vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Continuam abertas as inscrições. Não tem ninguém inscrito. Desculpe. Com a palavra, o Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do SINDFISCO. Tem até cinco minutos, Ricardo, prorrogável por mais um.

O SR. RICARDO BERTOLINI- Bom dia, Deputado Wilson Santos; bom dia, Secretários Seneri Paludo e Gustavo de Oliveira, nossos colegas, Adilson, Carlos e Último.

Quero desejar primeiramente uma boa gestão ao Secretário Gustavo, que assume agora; cumprimentar os colegas aqui representantes, Presidentes e Diretores de Sindicatos, que têm acompanhado esta luta em torno da RGA; e cumprimentar os colegas servidores públicos.

O que eu gostaria de dizer é - já me contemplei com a grande fala do Oscarlino -, na verdade, trazer para a reflexão dessa estrutura que temos hoje no Estado de Mato Grosso. Quando o Carlos apresentou os números, nós vimos ali com a Assembleia Legislativa com despesa de pessoal, somente no primeiro quadrimestre, de 150 milhões. Então podemos projetar que serão mais de 450 milhões com despesa de pessoal. Eu sei que houve uma alteração na metodologia, mas os números reais são esses.

No Ministério Público, conforme projetado, são 600 milhões. No Judiciário, 1 bilhão e oitocentos milhões. Esses são os números de despesas com pessoal.

E a reflexão que nós temos feito, o fórum sindical, inclusive, na Assembleia Legislativa, em reunião com doze deputados desta Casa, na liderança com o Deputado Wilson Santos, é se Mato Grosso necessita dessa estrutura? Qual é a avaliação? E aí o Oscarlino já nos trouxe a posição de Mato Grosso com relação ao poder.

Do Ministério Público? Todos! A avaliação é de todos. Eu não tinha esse dado.

Então, Mato Grosso é o segundo que mais gasta em duodécimo aos demais poderes.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ricardo, só para lhe repassar um dado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Se nós baixássemos da segunda posição para a média nacional, teríamos uma economia em torno de 500 milhões de reais. Se o Executivo Estadual repassasse aos poderes e instituições o que a média nacional dos estados e o Distrito Federal passam, teríamos uma economia em torno de 500 milhões de reais ao ano.

O SR. RICARDO BERTOLINI - Então, Deputado, nós temos discutido isso. Inclusive, na Comissão de Líderes discutimos isso e, naquele momento, firmou-se o compromisso de trabalhar, Secretário Gustavo, em uma razão de corte, eu não digo corte, mas readequação em média de 15% dos poderes, pelo menos do Ministério Público e da Assembleia Legislativa. Por que pelo menos? Porque sabemos que a Justiça tem que realmente atuar no Estado inteiro. Ela tem uma estrutura pesada e o cidadão tem a necessidade de buscar a Justiça. Nós temos essa necessidade.

Outro ponto que trazemos para reflexão, e é importante isso para o Secretário Gustavo ir pensando no outro orçamento, é que nós trabalhamos com as receitas próprias e esperamos as receitas impróprias. Tanto que esperamos que estamos no ponto de ônibus há muito tempo e esse ônibus não passa, as receitas, as transferências não vêm e temos sentido uma falta de trabalho, uma impropriedade no trabalho das receitas próprias. Há espaço para trabalharmos as receitas próprias. Já nos apresentamos ao Secretário Seneri Paludo que nos atendeu muito bem e que fará essa avaliação das propostas que apresentamos. Por quê? Se não melhorarmos as receitas próprias do Estado estaremos com os mesmos problemas de hoje. Com a RGA, com problemas de concursos suspensos. Ainda falta pessoal, mas o Estado não tem capacidade para chamar concurso público.

O Secretário Carlos Rocha nos passou o índice de 6% de endividamento do Estado em relação ao PIB. O PIB de Mato Grosso é em torno de 100 bilhões de reais, no entanto, em torno de 70 milhões são desonerados. Nós temos uma pequena base para trabalhar o que é tributado.

Precisamos, senhores, realmente que o Estado refaça esse modelo, precisamos retrabalhar a base tributária, precisamos readequar os benefícios, precisamos trabalhar o modelo implantado, hoje, em Mato Grosso. Há mais de 13 anos esse modelo está aí. Pode ter funcionado no início, mas hoje não funciona mais.

Quando estivemos aqui, se não me engano em abril deste ano, que se discutia se iria entrar ou não em vigor um decreto do Executivo para se fazer uma operação normal, ou seja, a apuração que o contribuinte, contribuinte diga-se de direito, porque os contribuintes de fato somos nós que pagamos o imposto, somos nós, cidadãos... Para que os contribuintes de direito fizessem uma operação normal eu ouvi desta tribuna que os empresários não aguentam mais pagar imposto.

Gente, nós precisamos desmistificar esse conceito. Empresário não paga imposto. Não paga imposto. Quem paga impostos são os cidadãos. Nós pagamos impostos. Veja bem, o empresário é repassador de um imposto.

Carlos Rocha, realmente o Estado de Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ricardo, o senhor tem mais um minuto.

O SR. RICARDO BERTOLINI - Obrigado, Deputado!

Mato Grosso tem uma situação confortável em relação a outros estados, mas entendo que, ainda, temos muito espaço na economia para trabalharmos as receitas próprias.

Um colega no dia, não me lembro o dia, mas em abril, quando discutíamos essa questão do Decreto 380... O que ele me disse aqui? Aliás, ele disse aqui para todos que quisessem ouvir. “O que serve para tilápia não serve para pirarucu.” E tínhamos muitos colegas aqui, muitos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

empresários aqui que eram micro, pequenos empreendedores, defendendo situações de grandes corporações. As grandes corporações deste Estado não tributam seus impostos que são, na maioria, exportados. Esse PIB de 100 bilhões não fica no Estado. Não fica no Estado! A população empobrece e uma parcela pequena de empresários é que enriquece. Mato Grosso, infelizmente, seus cidadãos, seus habitantes, não compartilham com essa riqueza.

Era só isso que eu queria deixar para reflexão. E serve, também, para o Secretário Gustavo repensar esse modelo de planejamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ricardo, eu quero agradecer e dizer que você está certo quando diz que nós temos que melhorar a receita.

Lembro-me que quando cheguei à Prefeitura de Cuiabá tínhamos uma arrecadação do ISSQN em torno de 54 milhões ao ano. Nós fizemos uma parceria com os servidores responsáveis por essa arrecadação do ISSQN e triplicamos a arrecadação em 5 anos. Triplicamos o ISSQN. A mesma coisa na SANECAP. Eu cheguei em 2005 e em 2004 tinha-se arrecadado 38 milhões da SANECAP. Depois de 5 anos já arrecadávamos 100 milhões ao ano. Isso com uma redução no quadro de servidores de 1.300 para 700.

Então, eu quero dizer aos novos Secretários, Dr. Seneri Paludo, jovem, com a saúde toda, pode trabalhar tranquilamente 20 horas ao dia, incluindo os sábados... (RISOS) ...Dr. Gustavo, jovem também, futuro deste Estado essa garotada, que não tenho dúvida que um dos caminhos para encontrarmos soluções é a melhoria da receita. É a melhoria da receita!

O DETRAN, por exemplo, há sempre a colocação de que o DETRAN tem condições, Dr. Gustavo, de ampliar, no mínimo, 100 milhões ao ano, uma gestão são 400 milhões. O INTERMAT não arrecadou nada. Nós não conseguimos em um ano e meio expedir um título. É uma fonte de arrecadação. Tem um vizinho que todo dia fala assim: “Rapaz, e aí, eu ganhei um leilão, estou comprando uma terra do Estado, estou com o dinheiro há mais de um ano e vocês não conseguem receber.”. Não conseguem receber. Então, toda vez que eu o vejo no elevador já vou para o elevador de serviço, porque sei que ele vai me cobrar. E é verdade! Ele participou de um leilão público, ganhou, está com o dinheiro, mais de quatrocentos mil para pagar o INTERMAT, e o INTERMAT não consegue, simplesmente, encerrar o processo.

Então, o Carlos Rocha com a resposta e em seguida está inscrito o futuro vereador por Cuiabá, Dr. Edmundo.

O SR. RICARDO BERTOLINI - Deputado, só para complementar, não existe fórmula mágica. Nós não estamos propondo nada que seja alguma coisa mágica - o Seneri sabe disso - já apresentamos... O que estamos propondo é trabalho e seriedade. Com trabalho e seriedade nós conseguimos consertar, na verdade, o que está posto aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, o Sr. Edmundo César.

Não há mais ninguém inscrito, senhores. Ao final da fala do Sr. Edmundo César, encerram-se as inscrições. Quem estiver pensando em usar a palavra, levante o braço para que façamos a inscrição.

Com a palavra, o Presidente do SINPAIG, Sr. Edmundo César.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Deputado Wilson Santos, componentes da mesa, bom dia!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Como já foi colocado, sou Presidente do Sindicato da Área Meio do Poder Executivo, onde temos servidores em todas as áreas do Governo, principalmente do Planejamento e Secretaria de Estado de Fazenda.

O que está causando estranheza e algum até remoendo contra a nossa reivindicação da RGA, não era simplesmente a RGA, porque o Estado de Mato Grosso precisa fazer, realmente, uma atualização do modelo de cobrança da receita. Como acabou de falar aqui o nosso companheiro Bertolini, precisa, sim, cobrar quem não paga.

O Decreto 380, o Governo foi muito fraco e não colocar em ordem lá o mês de março, como foi feito, passou para junho e já passou para janeiro... E quem financiou tudo aqui, infelizmente, é aquele que menos poderia fazer, Deputado Wilson Santos, o servidor público.

O Governo, com essa lei que foi aprovada e sancionada na sexta-feira passada, economizou R\$300 milhões, tirou do bolso do trabalhador. Chega! O trabalhador não pode mais financiar incompetência.

Eu ouvi aqui conversa do Tribunal de Justiça, o Governo não teve acesso aos depósitos judiciais. É uma coisa que causa muito estranheza! O Governo está fraquejando para o Tribunal de Justiça. É uma Lei! É uma Lei Federal! Vocês não estão pegando dinheiro para... Vai devolver o dinheiro. Há dinheiro nos cofres que foi excesso para os Poderes. Está provado na nota técnica que foi colocado pela Secretaria de Planejamento, a qual eu confio, porque são técnicos da Área Meio. Gestores Governamentais colocando: “Governador, não faça essa incoerência! O senhor vai ter problema lá na frente”. E está aí! Quinhentos milhões saíram dos cofres do Poder Executivo que poderia muito bem pagar esse recurso da RGA.

Eu costumo colocar, pessoal, que essa greve do servidor público do Executivo foi exatamente mostrar à sociedade que não vivemos só de salário, queremos a saúde financeira do Estado de Mato Grosso.

Tem muita coisa que está obscura. Por exemplo, eu gostaria de pedir ao apresentador Carlos Rocha, companheiro de outrora do fórum sindical e hoje representante do Governo no Tesouro Estadual, essa composição de 50,49% que fala que nós temos no Executivo. Eu quero saber, ainda, se o Governo já teve peito e coragem de tirar o pagamento dos inativos da Assembleia Legislativa que concorrem com a nossa receita corrente líquida e com o percentual.

Eu quero que o senhor anote e depois das minhas intervenções responda.

Então, pessoal, o servidor público de Mato Grosso precisa...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Edmundo, repita a sua pergunta sobre a Assembleia Legislativa. alguma coisa que computa...

(O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Sobre a Assembleia Legislativa.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Nós colocamos que o Estado está repassando a mais para os Poderes, inclusive, para a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Tá.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Essa é uma batalha que Vossa Excelência, Deputado Wilson Santos...

(O SR. OSCARLINO ALVES VOLTA A DIALOGAR COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - E outra coisa, eu quero saber também, essa foi a pergunta, desculpa-me... A pergunta foi: o Executivo ainda está bancando os inativos da Assembleia Legislativa? Quando vai devolver esse dinheiro para o Executivo?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Isso eu já vou responder para o senhor.

Foi feito um acordo, durante mais de dez anos o Executivo assumiu o FAP e também os inativos da Assembleia Legislativa. Tudo! Agora na gestão do Governador Pedro Taques a Assembleia Legislativa reassumiu o FAP, a partir de 2016, integralmente, dá vinte milhões por ano, e um terço dos inativos. Então, em 2018 a Assembleia Legislativa terá assumido 100% dos seus inativos.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Pois é, até em 2018 os servidores do Executivo vão continuar bancando e passando por esse momento vexatório que passamos aí agora.

Vai ter a proposta de devolução desse dinheiro, Deputado Wilson Santos?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Está aberto. Vamos discutir isso.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Porque, na verdade, o dinheiro não é do servidor do Poder Executivo, é do Estado, mas compromete as leis que dão o direito do servidor.
(PARTICIPANTE SE MANIFESTE - INAUDÍVEL)

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Eu pedi ao nosso companheiro Carlos Rocha para abrir essa planilha para ver o número que chegou aos 50,49%, o que está embutido ali, porque já fizemos contas e mais contas e não conseguimos chegar nesse valor.

Se você puder fazer isso para nós, é o momento que estamos querendo ver.

Nós queremos autorização, também, autorização não, porque é público, essa apresentação no nosso *pendrive* para começarmos a fazer um estudo para ajudar, não é para confrontar. O pessoal tem que entender que quando estamos solicitando alguma coisa não é para confrontar, é exatamente para ajudar. Às vezes, quem está fora do contexto enxerga melhor algumas decisões que devem ser tomadas.

Então, eu quero agradecer aos meus companheiros do Fórum Sindical que estão contribuindo muito com o Estado de Mato Grosso nessa paralisação que teve. Não foi uma paralisação política, como foi colocado, mas, sim, para chegar a um denominador comum para o Estado de Mato Grosso, não é só para o servidor público. Eu acho que nós estamos fazendo a nossa parte. Estamos trabalhando, estamos financiando o Governo. Trezentos milhões foram tirados dos servidores públicos nessa RGA que não fomos contemplados,

Era isso que eu queria colocar. Muito obrigado e espero numa próxima oportunidade estar participando.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Eu quero chamar o Professor Luiz Jorge.

Tem mais alguém inscrito? (PAUSA)

Então, o Luiz Jorge é o último a questionar e o Carlinhos responde aos dois.

(O SR. SALVADOR SANTOS PINTO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Infelizmente, Salvador, ficará para o próximo ano. Aqui nós temos...

Quer fazer por escrito?

(O SR. SALVADOR SANTOS PINTO DIALOGA COM O PRESIDENTE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Depois do Luiz Jorge, o Salvador já fique ali por perto. Depois do Salvador, encerramos as inscrições.

O SR. LUIZ JORGE - Bom dia a todos!

Meus cumprimentos ao Deputado Wilson Santos, aos Secretários aqui presentes, demais autoridades que compõem a mesa, servidores aqui presentes.

Meu cumprimento especial aos colegas representantes das entidades sindicais.

Quero dizer que para a lei da melhor distribuição da receita esta discussão é importante para que haja melhor justiça ou a justiça na distribuição dessa receita, porque ela ainda está muito diferenciada, e isso nós temos percebido nas discussões e nos números que temos acessado.

A minha fala é bastante curta e insisto em um posicionamento que o companheiro Oscarlino trouxe aqui.

Nós não estamos conseguindo compreender a questão do Imposto de Renda não entrar como receita, entrar apenas como registro contábil.

Eu quero fazer um raciocínio com todos aqui presentes para tentarmos compreender isso.

Digamos que todos nós, como servidores, recebemos o nosso bruto e nesse bruto está compreendido a Previdência e o Imposto de Renda. Digamos que nós recebêssemos esse bruto e viéssemos posteriormente, ou próprio Banco do Brasil fizesse a arrecadação e a restituição desse valor. Qual é o raciocínio que nós conseguimos compreender aí? Que o dinheiro que sai de pagamento do Estado enquanto despesa, volta como receita, tanto como Previdência, como Imposto de Renda.

Então, é esse raciocínio que eu quero que todos aqui tenhamos e que eu gostaria, mais uma vez, que o Secretário pudesse contrapor com outro argumento que não fosse esse que isso não é receita. Por que é que isso não é receita? Esse é um fator.

Eu acho que um aspecto importante que também precisa compreender, é que a administração pública tem o sistema de continuidade, independente do Governo que entra, ou de que poder seja.

Nós vemos que em vários momentos as pessoas querem discutir a questão de auditar as contas públicas, a dívida pública especialmente. Nesse sentido, nós servidores temos reivindicado, o Judiciário já tem reconhecido, sua tabela, a URV para todos os servidores do Poder Judiciário e do Poder Executivo... Até o momento não sei os do Legislativo. Isso, é lógico, em algum momento vai impactar e, necessariamente, para que haja uma justiça para a remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo de modo simétrico com os outros Poderes essa questão da URV deveria ser implantada para todos nós, visto que o Supremo Tribunal Federal também já reconheceu.

Então, o que eu quero compreender é o seguinte: se a URV é um direito nosso e deve compor a nossa tabela salarial, eu gostaria de saber se essa questão da dívida pública discutida com a União, essa questão da URV também tem sido incorporada como percentual de direito que o Estado tem de abatimento disso na dívida pública com a União, porque se na verdade o Estado deve onze ponto oitenta e um, noventa e oito por cento para os servidores, a União deve isso como repasse porque ela também experimentou na conversão dessa moeda esse percentual.

É lógico que esse é no governo desses últimos anos, mas em que governo isso foi incorporado, se isso realmente aconteceu?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Essas são questões que nós acabamos tendo que pensar porque de alguma forma essa questão dos números, a questão da receita e das despesas, estão implicando na nossa vida, servidores públicos do Poder Executivo, mas também nas políticas públicas no Estado de Mato Grosso porque está comprometendo de alguma forma os investimentos.

É isso que eu gostaria de registrar.

Eu tenho um tempo ainda e, se o colega Oscarlino quiser e puder fazer o uso, complementando alguma coisa, eu gostaria de ceder a palavra a ele.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Está autorizado.

Vamos conceder mais dois minutos e meio para o Oscarlino. Depois o Carlinhos faz as respostas e já faz as considerações finais também, Carlinhos.

Com a palavra, o Sr. Oscarlino.

O SR. OSCARLINO ALVES - Já fizemos nossa explanação e gostaria de registrar aqui os nossos questionamentos não foram respondidos pelos componentes da mesa. Eu gostaria de deixar registrado porque é uma Audiência Pública assistida por milhares, até milhões de cidadãos mato-grossenses.

Não me encontro contemplado com as respostas que nos foram dadas aqui, em função de que se falou muito da necessidade da melhoria da eficiência da arrecadação, mas não se falou da justiça na metodologia de distribuição dessa receita que se encontra hoje de forma injusta, falta dinheiro hoje, recurso orçamentário e financeiro, para se realizar as políticas públicas de saúde, educação e segurança pública, e sobra dinheiro nos outros Poderes, o que está elevando o nosso Estado no *ranking* de piores gastos com os Poderes, segundo lugar em 2015 e já projeta Mato Grosso para ser o campeão de gastos com os outros Poderes.

E, Deputado Wilson Santos, quero fazer até uma sátira aqui da situação, ranquearam os salários dos presidentes de sindicato nos *slides* para proliferar isso nas redes sociais do *whatsApp*, e colocaram o meu salário lá, o meu salário - o meu salário, do Edmundo e de outros presidentes não é segredo para ninguém -, está lá no portal de transparência do Governo do Estado de Mato Grosso.

Agora o que nós não vemos é o salário dos Deputados, as verbas de indenização dos Deputados, quanto ganha cada um, quanto ganha cada Desembargador, Promotor, Procurador de Justiça.

Vamos fazer um *slide* com esses salários e ranquear. O nosso salário ficará como dinheiro de pinga para esses salários dos Desembargadores, dos Promotores, dos Deputados, dos Defensores Públicos, dos Procuradores, que ficam a parte, que são tratados a parte.

Essa metodologia de cálculo, na hora que pegar, se sobra dinheiro nos outros recursos, se a Lei de Responsabilidade Fiscal fala em 60% de limite com um gasto de pessoal... O que acontece? Se você tem recurso sobrando nos outros Poderes de forma legal, como foi legalizado, mesmo contra a nota técnica da SEPLAN, esses outros Poderes terão margem de manobra sempre para fazer concessões mirabolantes de salários. Só não atingirá o teto máximo porque na legislação diz que não pode ultrapassar salário de Governador, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas aí faz concessões do tipo: vale paletó, vale aluguel, verba indenizatória.

Nós trabalhadores temos que ser bem remunerados, sim.

Gostaria de deixar registrado para a população mato-grossense: Mato Grosso é um Estado pujante! Nós somos os principais agentes de transformação, somos os grandes responsáveis pelo crescimento do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Por favor, não comparem Mato Grosso com outros 25 Estados. Nós não temos nada a ver com outros 25 Estados, com o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Eles têm governantes e nós em outubro de 2014 demos esse voto de confiança para o Dr. Pedro Taques. Portanto, ele tem que promover a justiça, cumprir com as leis aqui no Estado de Mato Grosso e continuar fazer esse Estado pujante, porque este Estado não se tornou pujante em um ano e meio. Ele veio de uma crescente de anos atrás.

Se houve corrupção, se houve roubalheira os criminosos estão pagando, mas nós somos os principais agentes de transformação.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Quero convidar o último inscrito, o Sr. Salvador, servidor da Casa, funcionário antigo da Assembleia Legislativa.

Com a palavra, o Sr. Salvador Santos, que é o último inscrito.

Depois eu passo a palavra ao Secretário Carlos Rocha.

O SR. SALVADOR SANTOS PINTO - Bom dia a todos!

Sendo bem rápido, eu quero dar um novo enfoque a essa discussão que está ocorrendo hoje.

Eu quero perguntar ao Governo do Estado se ele tem uma proposta para alterar uma Lei Federal sobre a questão do FPE.

Mato Grosso hoje é um dos piores Estados em arrecadação de FPE do País. Estamos mais ou menos em 21º lugar em FPE e sabemos que o FPE é uma das principais arrecadações do Estado. Hoje, o Nordeste domina totalmente a questão do FPE. Das dez maiores arrecadações, sete são do Nordeste. O que isso significa? Significa, por exemplo, que o Maranhão arrecada três vezes mais em FPE do que Mato Grosso. Nós tivemos, se não me engano, em 2015 um repasse de 3 bilhões, mais ou menos, de FPE. O Maranhão, por exemplo, teve 6 bilhões de repasse de FPE. São Paulo parece que teve 9 bilhões.

Então eu quero saber se existe uma proposta do Estado, do Governo, porque a classe política tem que se engajar. É uma disputa muito dura com os Estados do Nordeste. Temos que ter uma proposta para a classe política começar a brigar para alterar a Lei do FPE.

Outra questão também que eu queria enfocar é que perdemos, no ano passado, a maior indústria têxtil do Brasil, que é a Santana Têxtil, em Rondonópolis. Ela foi embora, porque parece que era muito mais interessante para ela pegar o algodão de Mato Grosso e levar para o Nordeste do que produzir, industrializar aqui. E nós temos um trabalho aqui na Assembleia Legislativa de política de incentivo fiscal, que já foi entregue ao Governo, mas não foi feito nada até agora. Eu queria saber por que está demorando tanto para se enviar essa mensagem para a Assembleia Legislativa no sentido de não se perder mais indústrias e começar a atrair indústrias, porque Mato Grosso, hoje, não é um Estado competitivo em termos de se atrair indústrias.

Estivemos em Goiás e vimos a pujança de Goiás. Goiás está dando *show*, enquanto nós estamos parados esperando não sei o quê aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Encerrada a participação da plenária, eu passo a palavra ao Sr. Carlos Antônio da Rocha.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Respondendo ao Edmundo, quanto ao índice, do instrumento da publicação do índice constam todos os dados referentes aos critérios de cálculo. Então se, porventura, houver alguma dúvida, é importante compreender que nós falamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

para a sociedade, o cálculo do índice é feito numa unidade do Tesouro, passa pelo crivo da Controladoria, como Controle Interno, todas as verificações são feitas e, depois, se estende ao Tribunal de Contas, que, por sua vez, vai validar ou não esse cálculo. Então ele tem um rigor na sua observação.

Outra importância é: o Tesouro desenvolve esse cálculo, mas nós nos reunimos, um grupo de tesoureiros do Estado, numa reunião nacional de tesoureiros em que esses critérios são largamente discutidos e muito bem trabalhados.

Então se, por ventura, houver alguma dúvida, nós estamos dispostos a ir lá para prestar mais esclarecimentos. Estamos aqui com a nossa Contadora Anésia Cristina e a equipe dela, nós iremos e poderemos ir, sempre que solicitado, prestar esclarecimento e traduzir essas informações de uma forma mais simplificada aos sindicatos, basta agendar que podemos ir.

Quanto ao professor que nos perguntou sobre a questão da conversão desse possível excesso de obrigações que teríamos com servidores em um valor que pudesse abater da dívida pública, só também para informar, a dívida pública do Estado a União avaliza, mas ela é bancada na quase totalidade por instituições financeiras. Então a União somente é avalista e para essa obrigação existem contratos muito bem delineados que estabelecem critérios, então esse procedimento não seria tão simples de ser aferido. A única dívida que nós temos com a União já foi renegociada há pouco, algo em torno de 23% do total de todas as nossas obrigações com dívida, que é um resíduo de uma dívida do ano de 1996 que está sendo renegociado. Estamos com uma proposta para a União de que este ano não faremos nenhum aporte de recurso para cumprir essa obrigação e durante dezoito meses ajustaremos o pagamento, de tal sorte que, ao longo de dezoito meses, cumpriremos a nossa obrigação em 100%, tanto a título de juros como amortização dessa dívida.

O Oscarlino falou quanto a não resposta, mas ele fez esse apontamento. Estou chamando a atenção, Oscarlino, porque isso é importante. Quando o Tesouro traz esses dados ou a tesouraria traz esses dados, se nós pudéssemos pedir aqui que todos se levantassem, mas não vamos fazer isso, veríamos que todos são servidores e técnicos do Poder Executivo, e a reprodução desses dados obedecem ao rigor formal.

Então, quando a tesouraria se dirige à sociedade, eu estou tesoureiro, mas eu sou um fiscal de tributos estaduais desde 06 de maio de 1985, é natural que, enquanto servidor, eu tenha lá os meus interesses e, enquanto tesoureiro, eu tenha as minhas obrigações.

Enquanto servidor, tendo meus interesses, eu compreenderia que a atualização da minha remuneração favoreceria o fiscal de tributos Carlos Rocha na execução dos meus compromissos, tanto na ordem de consumo como os investimentos que tenho; mas, enquanto tesoureiro, por questões éticas e morais, nós somos obrigados a trazer à sociedade e a fazer aquilo que eu acho mais relevante, Deputado, provocar a própria sociedade nesse debate posto pelo Oscarlino. Como é que se pode traduzir o interesse na harmonização dele, no conjunto da distribuição desse recurso com vistas à aplicação de políticas públicas, como é que isso pode traduzir num grande acordo formal, por meio de legislação, que satisfaça as necessidades do Poder Executivo e de todos os demais Poderes? Isso é uma benção chamada democracia e nós devemos celebrar isso! O Brasil vive isso a partir de 1985. É a graça que temos de estar aqui falando à sociedade, provocando, por meio dos números que são postos, ou subsidiando, por meio desses números, elementos para o debate. E esse debate é muito favorável. Em particular, como servidor, eu acho ótimo e, em particular, como tesoureiro, é preciso mesmo!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Quando pensamos em melhorias no financeiro de tesouro, é claro que se vislumbra a reposição e o cumprimento de obrigações com os servidores. Então, o que ocorre? Enfim, a tesouraria, com o objetivo de contabilizar a execução da receita e da despesa públicas, informa à sociedade, por meio de grandes indicadores, como podemos fazer isso de modo saudável. E a partir desses números esses embates vão se travar num ambiente de discussão que é a Assembleia Legislativa.

Maiores necessidades de informações, o Tesouro de Estado poderá abrir os seus números e, numa reunião particular, traduzir melhor essas informações, tanto aos próprios servidores como à imprensa e demais cidadãos. A lei da informação é um impositivo que devemos observar e creio que, a partir daí, cumprimos nosso rito formal, que é a Audiência Pública, ou seja, informar à sociedade como nos encontramos no âmbito da execução da receita e da despesa pública.

Agradeço a todos! Obrigado, em nome do Tesouro do Estado e em nome do Governo do Estado. Estamos à disposição para prestar maiores esclarecimentos, se não neste momento, que é limitado, em outros momentos ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado ao servidor de carreira Carlos Rocha, que exerce a função de Secretário Adjunto do Tesouro, pela presença e, mais uma vez, pelas explicações.

Eu tenho uma audiência agora, às 11h30min, e o Deputado Mauro Savi vai assumir a Presidência desta Audiência Pública para ouvir também o Secretário Seneri Paludo.

Antes, porém, quero fazer algumas considerações.

Primeiro, nós temos um Estado que, no primeiro quadrimestre, conseguiu investir apenas 1%, gastou 11% no pagamento das suas dívidas, 16% com custeio e 72% com pessoal e encargos pessoais.

Segundo, dizer que a partir de 46,55% de comprometimento com a folha e encargos há uma série de consequências, dentre elas o impedimento de realização de concursos. Nós temos que destravar isso, porque os agentes penitenciários cobram com razão a necessidade do aumento de pessoal. Os professores, o Sindicato cobra, também. Então, temos que destravar esse impedimento legal.

Com relação à dívida, Secretários Carlos Rocha e Seneri Paludo, só um fato histórico: desde que houve a criação de Mato Grosso do Sul e a sua implantação, em janeiro de 1979, a Constituição não permite o surgimento de novos entes federados que nasçam com dívida. Mato Grosso do Sul nasceu sem nenhuma dívida. A dívida toda ficou com Mato Grosso. Então, estamos herdando uma dívida que foi feita para investimento de obras em Corumbá, em Dourados, Antônio João, Glória dos Dourados, Fátima do Sul, Três Lagoas. Ficaram conosco mais de 250 anos. De repente, houve a separação e eles saem sem dívida, inclusive com a proibição do novo Estado de ter banco à época. Não teve banco do Mato Grosso do Sul.

E só um detalhe, Secretário Carlos Rocha - o senhor que gosta de história, também -, a dívida de Mato Grosso do Sul, hoje, é maior que de Mato Grosso, veja o descontrole que os sul-mato-grossenses tiveram. Eles têm menos de 40 anos de história, de idade, de existência, nasceram com dívida zero e em 37 anos de existência conseguiram contrair uma dívida superior a do Estado-mãe, ao Estado remanescente.

Agora, muito bem, então, os nossos ex-governadores foram relativamente responsáveis nesse quesito, mas nós fizemos economia, evitamos endividamento, novos empréstimos e, hoje, que precisamos deles há um impedimento da União, Luiz. Nós somos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

impedidos, nós que fizemos o dever de casa, de contrair novos empréstimos. Estamos impedidos. Só esta observação que eu queria fazer.

Também sobre a dívida dizer ao Sr. Oscarlino que é importante que continuemos discutindo. É importante que as lideranças sindicais estejam sempre presentes na Assembleia Legislativa, este é o papel da Assembleia Legislativa, porque aos poucos, na minha concepção, nós vamos sendo contaminados daquilo que o Luiz Jorge disse: esse assunto aqui é de todos nós! Eu já vi devedores de banco que não tinham como pagar a parcela e o banco deu mais empréstimo, porque sabia que era melhor mantê-lo vivo, em condições de reagir e, depois, pagar do que matá-lo ali.

Não sei se você entendeu a profundidade do que eu disse?

Esse assunto pertence a todos nós, servidores, gestores de plantão, setor produtivo, a sociedade. Nós temos que encontrar os caminhos. Isso é o que os americanos sempre fizeram. Até onde a sociedade aguenta? Nós temos que construir nossas soluções. Temos nossas desavenças, nossos pontos contrários de ver a mesma coisa, enxergamos as questões de formas diferentes, mas nesse ponto somos obrigados a enxergar igualmente. Quem vai construir a saída para a RGA... Porque a RGA não é somente de 2016. E a de 2017? E a de 2018? E a de 2020, de 2030, de 2040? Que política de proteção à perda do poder aquisitivo nós haveremos de construir e honrar? Que política nós vamos construir para aumentar os investimentos no Estado, para termos mais 100 leitos de UTI todos os anos, 100 leitos novos? De termos novos hospitais regionais, mais asfalto, mais pontes, mais presídios, mais segurança? Nós vamos ter que construir isso junto. Não tem nenhum sabichão. Não tem varinha de fada aqui. Não tem! Não existe isso!

Então, eu fico muito satisfeito quando vejo este nível de discussão e quando os próprios sindicalistas colocam abertamente, claramente essa questão do repasse dos poderes.

E eu não tenho a resposta, mas, Secretário Seneri Paludo e Secretário Gustavo, acho que o momento em que nós, não digo cometemos o erro... Talvez, pela nossa inexperiência foi quando saímos daquele tradicional valor orçamentário para um orçamento real de 13 bilhões para 16 bilhões e 500 quando achávamos que poderíamos, naquele momento, desprezar o excesso de arrecadação. Não sei se é, mas eu jogo mais uma lenha nessa fogueira, faço mais esta provocação.

Quando o Governador decidiu, de uma vez por todas, acabar com aquele orçamento fictício, que depois do segundo semestre só vivia do excesso de arrecadação, ele quis colocar ponto final nessa prática e, talvez, pelo nosso início tenhamos cometido algum deslize. Mas a verdade é a seguinte: a média nacional de repasse aos poderes, como disse aqui o Oscarlino, Mato Grosso é o segundo e deve este ano ser o campeão. E nós temos suporte para isso?

Ninguém aqui é contra a expansão das Comarcas no Judiciário. Ninguém disse isso aqui. Ninguém é contra novos edifícios para o Ministério Público, é uma necessidade! Ninguém é contra o Tribunal de Contas, mas nós achamos que não dá e o cobertor é pequeno para descobrir os pés, cobrir a cabeça ou vice-versa. Há outras faturas tão ou mais importantes.

Então, essa discussão nós aceitamos, sem nenhum medo de nenhum Poder, Edmundo, e acho que passa por lá também.

Eu quero dizer que o Governo do Estado já encaminhou a LDO a esta Casa, no dia 31 de maio, e na nova proposta há uma redução de 15% linearmente a todos os poderes e instituições. Quem não tiver e se quiser, nós podemos passar a cópia da Mensagem que trata da LDO. Na Mensagem do Governador Pedro Taques, que está aqui desde o dia 31 de maio, nós já estamos propondo - o Deputado Mauro Savi sabe disso - uma redução linear de 15% ao orçamento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de uma forma linear. Essa discussão é interessante.

Quero também dizer, Secretário Gustavo Oliveira, que os sinais estão aí. Eu canso de dizer, mas nós sempre temos dificuldades em perceber. Como professor de história eu sempre faço essas referências e, depois, as coisas acabam acontecendo. Nesses 126 anos de República nem durante a 1ª Guerra Mundial, nem durante a 2ª Guerra Mundial e nem pós 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, tivemos uma crise na economia desse tamanho, mas as pessoas acham que não, que não é verdade. Vamos vendo! E como é que nós vemos? No entorno da nossa família, no almoço de domingo, dizem: você sabia que filho de fulano perdeu o emprego? Você sabia que o primo acabou de ser demitido, porque a empresa mandou 50% embora? A outra fechou, a outra faliu. Essa é a realidade. São 12 milhões de desempregados e vai chegar a 14 milhões. Por quê? Porque a maior queda no PIB nos últimos 126 anos foi de 2,2 na virada de 1930 para 1931 e, agora, tivemos 3,8. Nunca isso aconteceu e a previsão para fechar este ano é de 3,4, praticamente 8% em 2 anos de perda no PIB. Isto nem as duas guerras mundiais conseguiram tirar da economia nacional. Só para percebermos o tamanho da crise. Solução, também, estamos em busca.

Quero dizer ao Salvador que quando eu estive no Congresso deixei lá uma proposta para reformatar o FPE. Nós somos extremamente prejudicados pela unidade que os nove Estados nordestinos têm. Nós perdemos feio para o Nordeste. Posso também passar uma proposta para você que privilegiaria e faria justiça tributária em relação a Mato Grosso, Estado do nosso porte.

Com relação ao Edmundo... Eu concordo com você, Edmundo, o mais fraco não pode financiar o mais forte.

E aí a discussão que, às vezes, o uso da palavra “temos que fazer o juízo final” tem que envolver incentivos fiscais... E nós temos atuado aqui, eu faço parte, sou membro titular da CPI que investiga a sonegação, a maioria das empresas beneficiada por incentivos fiscais no Estado não cumpre as contrapartidas exigidas, e nós vamos denunciar todas elas.

Aqui já sentou o Grupo Scheffer; já sentou a JBS; já sentou a Bimetal, está todo mundo aqui sendo investigado. Não tem ninguém que estamos alisando aqui. E posso afirmar a vocês, sem cometer injustiça, a maioria das empresas que receber incentivo fiscal de Mato Grosso não cumpre o que assinou no contrato com o Estado e com a sociedade mato-grossense, não cumpre a geração de primeiro emprego, não cumpre as questões ambientais. Não cumpre! E nós vamos denunciar isso ao Poder Judiciário.

E não há por parte nossa perseguição a esta ou aquela empresa. Nós pegamos as vinte maiores que o Tribunal de Contas do Estado sugeriu. Não houve aqui caça, não houve fulanização aqui, de forma nenhuma.

Então, nós temos que discutir incentivos fiscais, repasses aos Poderes, diminuição do tamanho do Estado, atração de investimentos, renegociação da dívida interna, da dívida externa, isso que eu chamo de juízo final.

Encerro a minha fala dizendo uma coisa ao fórum sindical, e vou mais uma vez provocar o fórum - o fórum sabe que comigo é assim, é de frente -: Fórum Sindical, os senhores contestam os números apresentados nesta manhã pelo Governo?

Sim. Há um documento específico contestando ou vocês precisariam de algumas horas para encaminhar?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Eu gostaria de saber do fórum se esses números que o Governo apresenta são fidedignos, são confiáveis ou vocês gostariam de um prazo para apresentar um documento contestando os números? Porque para mim ele é fundamental! Se isso não for a base da verdade, então nós estamos aqui perdendo tempo. Tem que ter uma referência. Então, eu preciso saber: esses números que estão aí representados - e quero até deixar com quem quiser esta parte física para que vocês possam tomar conhecimento oficialmente - são verdadeiros ou não são?

(O SR. OSCARLINO ALVES PEDE A PALAVRA AO DEPUTADO WILSON SANTOS FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Eu vou conceder dois minutos ao Sr. Oscarlino Alves e dois minutos ao Sr. Edmundo César sobre esse tema específico, sobre os números apresentados pelo Governo do Estado.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Deputado Wilson Santos, a sua provocação é um tanto perigosa. Nós do fórum sindical seríamos levianos e irresponsáveis de contrapor números e dados preparados, respaldados por uma realidade, construídos por centena de mãos, inclusive, com a participação de colegas das carreiras. Seria muito irresponsável! Nós estamos num processo de construção. Nós fizemos algumas provocações que também não foram respondidas.

Vossa Excelência falou que não tem uma varinha do condão e também o Governo não tira coelho da cartola e não é dono da verdade para saber, mas a metodologia foi colocada mesmo com uma nota técnica de gestores governamentais, de funcionários de carreira da área meio, analistas, de desenvolvimento econômico social, mesmo assim a situação foi contrariada.

Então, o que vemos hoje? Qual o reflexo que vemos hoje? Nós não estamos defendendo a RGA aqui, estamos defendendo políticas públicas em benefício da sociedade mato-grossense, porque hoje falta.

O que vemos latentemente: falta recurso para comprar ambulância na Secretaria de Estado de Saúde, mas a Assembleia Legislativa faz um convênio devolvendo, teoricamente, devolvendo dinheiro para o Executivo para se adquirir ambulâncias.

Esse é um processo de construção. Nós estamos, sim, participando, esse fórum, alguns presidentes, não em sua totalidade, porque nem sempre coincide agenda.

O que vimos hoje nesta Audiência Pública foi a não participação dos chefes de Poderes e não ter uma agenda oficial de convite às autoridades públicas para estarem sentados aqui e começarmos uma discussão. Isso não aconteceu. O fórum sindical não foi convidado para participar dessa discussão. A sociedade mato-grossense, quando convém, vê uma propaganda na televisão com gasto, com o dinheiro público: "Oh, Audiência pública no dia tal que vamos discutir tal tema". Nós não víamos isso na televisão de canal aberto. Essa propaganda institucional da Assembleia Legislativa nós não vimos.

Então, o que nós queremos construir são soluções, justiça, porque a Justiça foi muito rápida para transformar uma liminar em 24 horas, 48 horas, contra direito do trabalhador, tornando a nossa greve ilegal para, de forma coercitiva, voltarmos a trabalhar e não reivindicar os nossos direitos nas ruas, nós que somos os maiores agentes de transformação do Estado. Queremos dar as mãos ao Governador, ao Governo e às autoridades e realmente fazer esse estado de transformação. Um ano e meio de gestão daria para fazer muita coisa.

A saúde está há 14 anos sem concurso público. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Oscarlino, só sobre o tema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Você entende que precisaria de um tempo para questionar documentalmente esses números ou nós saímos daqui com esses como verdadeiros?

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Então, vamos fazer o seguinte, novamente vamos fazer um exercício: façam com que o COGEP saia da lei e seja cumprido, art. 6º da Lei 8.278. Vamos fazer uma comissão de diligentes sindicais juntamente com técnicos da área da SEFAZ, de Planejamento e da Secretaria de Gestão e vamos discutir com transparência os números debruçados da despesa e da receita do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ótimo! O Governo aceita.

Com a palavra, o Sr. Edmundo César.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Deputado Wilson Santos, companheiros, telespectadores da TV Assembleia Legislativa.

Como o Oscarlino colocou, não seríamos irresponsáveis de falar que não está certo, que está errado.

Eu queria propor aqui - estava conversando com o companheiro a Secretaria de Fazenda - que antes da Secretaria trazer esses números para serem apresentados chamasse o Fórum Sindical um dia, uma tarde, para começarmos a discutir esses números lá dentro, porque ele está colocando algumas informações importantes que, de repente, evitam perguntas que não estão no processo.

Então, não podemos falar que está certo, que está errado, mas eu acho que a falta de transparência do Governo é certa, é certeza. Parece que tem coisa para esconder. Se não tem coisa para esconder, vamos convocar o Fórum Sindical, sentar uma tarde em uma mesa redonda e discutir onde estão esses números, porque o número consolidado é fácil. Você não pode... Uma conta de 2 mais 10 são 12. Então, você não pode contestar, são 12. Mas o que são esses 10? O que são esses 2? É isso que nós queremos saber. Não é o número apresentado aqui. Os números aqui estão corretos. Eu quero saber como chegaram esses números.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ok!

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Eu quero sugerir ao Secretário de Estado de Planejamento e ao Secretário de Estado de Fazenda, Seneri Paludo, esse trabalho, uma agenda com o Fórum Sindical, quando o próprio Governador...

O que foi? Falei Paludo, não é? (RISOS). Ele entendeu.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Você falou “maludo”.

O SR. EDMUNDO CÉSAR - Também é “maludo” para assumir a Secretaria de Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Corajoso.

O SR. EDMUNDO CÉSAR - O próprio Governador disse que teria uma agenda constante com o Fórum Sindical.

Eu queria colocar aqui, senhores, mais uma vez, que o Fórum Sindical não quer entrar em rota de colisão com o Governo, até porque é o nosso patrão.

Agora nós queremos uma solução definitiva desse problema do servidor público no que precisa se adequar.

A sugestão que eu tenho neste momento é que se crie essa agenda positiva. Nós queremos apresentar soluções, como já apresentamos, porque não é justo pagarmos 42% de ICMS de energia enquanto o pessoal do agronegócio pagar 3%, 1,5%. É uma compensação muito desproporcional para o trabalho, mas não é esse o assunto agora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Eu queria que criasse essa agenda com o Fórum Sindical antes de fazer a apresentação pública, para contestarmos e até, talvez, melhorar e ajudar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Edmundo!

Peço uma salva de palmas ao nosso Líder Sindical.

Passo, então, a presidência dos trabalhos ao Deputado Mauro Savi, e peço desculpas, mas tenho outro compromisso.

(O SR. DEPUTADO MAURO SAVI ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11H30MIN.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Bom dia a todos.

Oscarlino, você viu que o Deputado Wilson Santos melhorou bastante.

Quero cumprimentar os nossos Secretários.

Concordo também com o Edmundo na construção desses números, que seja feita a quatro mãos, até para não haver algumas contestações aqui no Plenário. Acho de suma importância.

Aproveito para pedir para o Secretário Seneri Paludo responder a pergunta elaborada pelo Assessor Salvador sobre a questão da empresa de Rondonópolis.

Salvador, sua resposta vai ser dada.

O SR. SENERI PALUDO - Salvador, eu ainda vou me incumbir ao fato de até recentemente ter sido Secretário de Desenvolvimento Econômico, quando você questionou com relação à Empresa Santana Têxtil ter encerrado suas atividades no ano passado.

Na verdade, ela não encerrou por conta de incentivos fiscais, não foi pela falta deles. Na verdade, talvez pode ter sido até por excesso. Um dos termos do item do acordo que ela tinha é que ela poderia levar o algodão do Estado de Mato Grosso para ser industrializado fora do Estado de Mato Grosso.

Então, por que fazer a industrialização aqui, se ela tinha um dos termos do acordo que poderia levar? Talvez por conta de uma política errada do ponto de vista de incentivo fiscal.

Não foi por conta de não ter o incentivo, mas sim por outros fatores, principalmente questão de economia.

Com relação também à questão que você coloca quanto ao Estado ainda não ter mandado novamente a resposta para a Assembleia Legislativa. Porque nós tínhamos construído uma minuta que era um pouco diferente da minuta que foi construída dentro da Assembleia Legislativa, a Assembleia Legislativa nos pediu, através da CPI, um prazo para concluir a proposta e nos entregar, essa entrega foi feita e nós estamos agora nesse processo de consolidação, para termos entendimentos.

Há alguns pontos, por exemplo, dentro da proposta de incentivo fiscal da Assembleia Legislativa que achamos que precisamos corrigir. Por exemplo, a questão de incentivo fiscal para comércio.

O entendimento do governo do Estado é que não pode ser dado nenhum tipo de incentivo fiscal para o setor de comércio. Na proposta que veio da Assembleia Legislativa ela é aberta também para o comércio.

Então, são alguns ajustes que temos que fazer em relação a isso. Mas, com certeza, nos próximos dias nós vamos encaminhar, sim, uma consolidação de uma minuta final.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Gustavo, quer usar da palavra para as considerações finais?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Rapidamente, Deputado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Obviamente, Edmundo, o propósito desta Audiência Pública é justamente apresentarmos e discutirmos os números.

Ontem, enquanto o Secretário Carlos Rocha nos demonstrava a apresentação, nós também tivemos um momento de muita inteiração, muito questionamento e tudo isso.

Eu entendo que fica ruim chegarmos aqui, apresentar o número, e fica difícil argumentar. Por outro lado também, apresentarmos o número frio sem a contextualização dele, ou da equipe técnica, perde muito em conteúdo.

Então, talvez, nós possamos fazer audiência, como tem sido feito, porque ela se propõe a isso e, naturalmente, abrir um prazo para que haja uma contestação, ou nós eventualmente nos coloquemos à disposição para fazer os questionamentos.

Eu só queria insistir que é muito importante nós apresentarmos o número frio, mas apresentar contextualizado por um técnico, ou uma equipe técnica - e quero agradecer a competência do Secretário Adjunto Carlos Rocha -, confesso a você que perde muito o papel frio sem a contextualização que ele faz.

Creio que nós temos que criar uma dinâmica que respeite isso porque é muito interessante que ele possa fazer isso.

No mais, Deputado, quero agradecer mais uma vez a Assembleia Legislativa, nós estamos à disposição permanentemente.

Essa é uma determinação do Governador para que esclareçamos sempre para a sociedade, que estejamos sempre à disposição.

Quero agradecer a todos vocês pela discussão que estamos propondo aqui, a ampliação da discussão.

Creio que realmente temos que fazer esse enfrentamento à crise, esse pacto por Mato Grosso.

Eu disse aqui ao Deputado Wilson Santos, não é que nós nos aproximemos do dia do juízo final, mas, com sorte, nós nos aproximamos, para parafrasear o Economista Raul Veloso, nos aproximamos do dia do juízo fiscal.

Essa é a expressão que eu queria, eu acho que nós precisamos ter essa responsabilidade fiscal com o conjunto da sociedade.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Secretário.

Vossa Excelência tem a palavra, Secretário Seneri Paludo.

O SR. SENNERI PALUDO - Obrigado, Deputado.

Gente, só para consolidar alguns trabalhos finais.

Está muito claro em relação a esse quadrimestre alguns números que eu acho ser importante consolidarmos.

Primeiro, apesar do esforço total da receita pública de ter um aumento de incremento de 15% em relação ao ano passado, nós tivemos um incremento nas despesas do Estado nesse primeiro quadrimestre de 20%. Ou seja, nós temos um quadro em que simplesmente a despesa não cabe dentro da receita, e precisamos fazer ajustes.

Esses ajustes, como foi bem falado aqui, passam por alguns trabalhos. Primeiro trabalho, sim, olhar do ponto de vista da receita o que está sendo feito errado e tentar trazer para dentro do Estado as soluções que precisamos fazer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Nós temos conversado muito isso com Ricardo Bertolini e com outras pessoas para tentarmos fazer esses entendimentos, porque existe espaço, sim, para aumentar a receita.

Segundo ponto é em relação ao seguinte: quais são os cortes que precisam ser feitos? E quando eu falo cortes, são gastos não só de Poder Executivo, mas também nesse equilíbrio que nós precisamos fazer entre os Poderes. Isso tem que ser discutido e temos que fazer esses ajustes.

Por fim, uma coisa que não podemos perder de vista, é a nossa capacidade ou a nossa incapacidade de fazer investimento.

O que mantém um Estado, e aí Estado não estou falando de Poder Executivo, Legislativo e Poder Judiciário, dos Poderes, mas Estado como uma sociedade como um todo, ainda numa crescente, é o seu poder de fazer investimentos.

Nenhuma região do mundo cresce sem ter poder de fazer investimentos.

E preocupa-me, sim, quando olhamos e falamos que se não utilizássemos fonte de recurso própria, ou seja, fontes de recurso do próprio Estado, fonte de recursos de correntes e não de capital, nós teríamos investido neste primeiro quadrimestre menos de meio por cento. Nenhum Estado a médio e longo prazos sobrevive sem fazer esse tipo de investimento.

Nós temos que ter esses três pilares muito bem claros para poder fazer essa evolução: primeiro, fazer o Estado, é o Estado, não o Executivo, o Estado, suas despesas, caber dentro das suas receitas; fazer, sim, melhorar as suas receitas. Existem mecanismos que nós temos que fazer, mas não perder de vista que não podemos só fazer gastos, como nós falamos, do custeio da máquina. Nós precisamos, sim, fazer caixa para continuar fazendo os investimentos de que este Estado precisa, porque senão o colapso que hoje estamos vivendo só vai, mais uma vez, agravar. Acho que essa é a lógica da política não só fiscal, mas da política econômica que o Estado precisa ter em mente.

Quero, mais uma vez, parabenizar a equipe do Carlos Rocha e parabenizar toda a equipe da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento por terem consolidado esses números. Deixo, mais uma vez, à disposição a Secretaria de Estado de Fazenda. Estou assumindo lá agora, mas a equipe está toda lá. E vou dizer uma coisa que é um conceito que eu sempre trouxe comigo: eu não tenho respostas para todas as perguntas, mas, sem dúvida nenhuma, as respostas para as perguntas que recebemos temos a obrigação de dar. E aquelas que não sabemos, é obrigação nossa também correr atrás para conseguirmos dar as respostas.

Então, desse jeito, queria deixar abertas as portas da Secretaria de Estado de Fazenda. Isso é uma demanda do Governador Pedro Taques, que sempre diz que, para qualquer dúvida e qualquer questionamento com relação aos dados que foram apresentados, devemos estar abertos dentro da Secretaria de Fazenda para responder e para evoluir em qualquer ponto de melhoria que também tem que ser feito.

Obrigado, Deputado pela oportunidade. Quero, mais uma vez, parabenizar a Assembleia Legislativa por ser sempre esse ente mediador e a Casa de discussão, que nós temos que ter aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Queria aqui, em especial, agradecer, em nome de todos os servidores e do companheiro Edmundo, a todos pela discussão; e, em nome do Secretário Seneri Paludo e Gustavo Oliveira, a todos da equipe técnica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS
FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE
2016, ÀS 9H.

Quero dizer que vamos sim construir, Oscarlino, uma maneira de o Estado sair dessa crise, juntos, sem ódio, sem brigas. Os embates que vamos ter, com certeza, vão ser discussões no campo de ideias e não pessoais.

Então eu queria dizer e falei com o Deputado Wilson Santos da questão da resposta dele e o parabeneizei pela humildade dele. Participei daquela reunião com os cinco aqui, quando houve aquele desconforto de ideias, e ele foi muito humilde de pedir desculpas a você. Acho que dessa maneira vamos construir um Estado melhor para todos nós. Pela imprensa ele pediu desculpas.

O SR. OSCARLINO ALVES JÚNIOR - Só agravou a situação, porque ele me expôs mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Não! Você vai se acalmar também, com menos ódio.

Agradeço a todos e quero dizer que vamos discutir, Secretário, toda e qualquer situação para que o Estado consiga sair dessa questão sem achar culpados. Isso é muito importante.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Obrigado.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França.